



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 040

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

SESSÃO 040 02

Lista de presenças..... 02

Abertura da Sessão..... 02

**Grande Expediente (Destinado a
Instalação do Instituto Cervantes no
Paraná):**

Composição da Mesa 03

Dep. Rafael Greca (Proponente da
Homenagem)..... 03

Homenageados:

Sr. Juan Fortun 05

Sr. Juan Manoel Casado..... 06

Sr. Saturnino Hernando Gordó..... 07

Encerramento da Homenagem 07

Reabertura da Sessão Ordinária 07

Expediente:

Mensagens 07

Ofícios..... 09

Proposta de Emenda à

Constituição 11

Requerimentos 11

Projetos de Lei 16

Horário das Lideranças:

Liderança do PSB: Dep. José

Domingos Scarpellini 20

Liderança do PDT: Dep. Barbosa

Neto..... 20

Liderança do PT: Dep. Tadeu

Veneri 21

Liderança do PSDB: Dep.

Ademar Traiano 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão / Votação 23

1ª Discussão 23

Discussão Única (Proposições). 31

Requerimentos 35

Encerramento da Sessão 35

Publicações:

Ato da Presidência.....36

Despacho do Presidente36

040ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2005

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
secretariada pelos Srs. Deputados Neivo Beraldin e Nel-
son Garcia.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni (43). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Plauto Miró Guimarães e Waldir Leite (02). Achando-se em viagem representativa os seguintes Srs. Deputados: Reni Pereira, Ademir Bier, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Luiz Nishimori (09).

Abertura da Sessão:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos que, por solicitação do Deputado Rafael Greca e aprovado por esta Casa de Leis, o

Grande Expediente:

desta Sessão será destinado à comemoração da instalação do Instituto Cervantes no Paraná, por ocasião dos quatrocentos anos da publicação do livro “Dom Quixote de La Mancha”, marco da literatura espanhola e universal.

Composição da Mesa:

É com a máxima satisfação que anuncio a composição da Mesa:

Exmo. Sr. Saturnino Hernando Gordó, Cônsul da Espanha; Ilmo. Sr. Cayo Michelangelo Martin, Diretor do Centro Cultural Brasil Espanha; Ilmo. Sr. Dr. Juan Manoel Casado, Diretor do Instituto Cervantes no Brasil; Ilmo. Sr. Juan Fortun, Diretor da Editora Moderna - Grupo Santillana; Ilmo. Sr. Odilon Tulio Vargas, Presidente da Academia Paranaense de Letras; Exmo. Sr. Deputado Neivo Beraldin, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Nelson Garcia, 2º Secretario da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná”.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional da Espanha e o Hino Nacional Brasileiro executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná.

(Execução dos Hinos)**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Rafael Greca, autor da proposição da presente homenagem.

Deputado Rafael Greca (Proponente da Homenagem)**O SR. RAFAEL GRECA**

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Exmo. Deputado Hermas Brandão; Exmo. Ilustre Cônsul da Espanha no Paraná, Saturnino Hernando Gordó; Ilmo. Diretor do Centro Cultural Brasil Espanha de Curitiba, Cayo Michelangelo Martin; ilustre Dr. Juan Manoel Casado, Diretor do Instituto Cervantes no Brasil; Ilustre Sr. Juan Fortun, Diretor da Editora Moderna - Grupo Santillana; estimado Presidente da Academia

Paranaense de Letras, Dr. Odilon Tulio Vargas; Exmo. Sr. Deputado Neivo Beraldin, 1º Secretário da nossa Assembléia; Exmo. Sr. Deputado Nelson Garcia, 2º Secretario da nossa Assembléia; Sr. Ramiro Luiz Vila, Cônsul da vizinha República da Argentina e Professores Maineldez Lisa, Valéria dos Santos, representantes dos Faróis do Saber, de Curitiba:

(Lê):

“Quatrocentos anos e uma novela
da condição humana

Há quatrocentos anos, em 1605, nascia uma dupla imortal:

Dom Quixote de La Mancha e Sancho Pança.

Quatro séculos depois de terem vindo ao mundo, na pena imortal do espanhol Miguel de Cervantes, ambos seguem cavalgando, sem trégua, nem desânimo.

Em La Mancha, em Aragão, na Galícia, na Catalunha - por toda a Espanha até Portugal, na Europa, na América e no mundo.

Lembra Mário Vargas Llosa, Prêmio Nobel de literatura, que nos visitou em 1995, e encantou-se com as bibliotecas de bairros que tive a alegria de idealizar e construir, os Faróis do Saber.

Diz Vargas Llosa:

“Dom Quixote e Sancho Pança.

Aí estão ainda, mesmo que chova, ruja o trovão, queime o sol, ou caiam estrelas no grande silêncio da noite polar, ou caiam estrelas no deserto, ou queime o sol, nas manhãs da selva.

Dom Quixote e Sancho Pança, discutindo, vendo e entendendo coisas distintas, em tudo o que encontram e escutam. Porém, em que pese divergirem tanto, necessitam-se, cada vez mais, indissolivelmente unidos, nesta estranha aliança, que é a aliança do sonho e da vigília, do real e do ideal, da vida e da morte, do espírito e da carne, da ficção com a realidade.

Na história da literatura universal, Dom Quixote e Sancho Pança são dois personagens inconfundíveis.

Dom Quixote, figura esguia, alta aérea - qual uma janela de catedral - uma ogiva gótica, idealista e sonhador, em oposição a Sancho Pança, figura distinta, simpática, gordinha, roliça qual um porquinho da sorte, crítico inteligente e prático. Duas ambições, duas atitudes, duas visões.

Porém, à distância, em nossa memória de leitores da grande epopéia novelística, as duas figuras se juntam, se unem e se fundem, formam uma só sombra - a retardar, em toda sua contradição e fascinante verdade, a frágil condição humana.

A modernidade de Dom Quixote

A modernidade de Dom Quixote reside em seu espírito rebelde, justiceiro, que leva o personagem a assumir como sua responsabilidade pessoal, mudar o mundo para melhor.

Mesmo, quando ao tratar de pôr em prática esta mudança, se equivoca, se arrebat, bate-se contra moínhos de vento - obstáculos intransponíveis, e é golpeado, vexado, e até convertido em objeto de chacota e riso.

Porém, Dom Quixote de La Mancha é também uma novela moderna.

Porque o grande Miguel de Cervantes, para contar a gesta quixotesca, revolucionou as formas narrativas de seu tempo, e assentou as bases sobre as quais nasceriam as formas da novela moderna.

Ainda que não saibam, os romancistas modernos, os escritores contemporâneos, quando jogam com as formas, distorcem o tempo, embaralham e enredam os pontos de vista, experimentam com a linguagem, são todos devedores de Cervantes.

Esta obra paradigmática, nunca se esgota.

Igual ao Hamlet, ou à Divina Comédia, ou aos Lusíadas, ou a Ilíada e a Odisséia, a obra de Cervantes evolui com o passar do tempo.

É moderna porque é eterna.

E se recria a si mesma, em função da estética e de valores que cada cultura privilegia. É uma autêntica caverna de Ali Babá - das mil e uma noites - onde os tesouros nunca se extinguem.

Quem conta a estória de Dom Quixote e Sancho Pança?

É um narrador misterioso, Cide Hamamet Benengeli, a quem nunca lemos diretamente, pois seu manuscrito original está em árabe, e uma outra pessoa, narrador anônimo, que, às vezes fala em primeira pessoa, porém mais freqüentemente em terceira pessoa.

Coisa fantástica na literatura do final do renascimento, do alvorecer do Barroco, quando o Brasil ainda começava a escrever sua história.

A novela de Cervantes foi, para sua época, aquilo que foram para nós o "Ulysses", de Joyce; "Em busca do tempo perdido", de Proust; "Cem anos de Solidão", de Gabriel Garcia Marques ou a "História Universal da Infância", de Jorge Luiz Borges.

Diz-nos ainda o Prêmio Nobel Mário Vargas Llosa:

Dom Quixote é uma novela para o século XXI.

Dom Quixote é uma novela de homens livres.

Dom Quixote é uma novela de homens livres, quando debocha do poder e dos poderosos, na passagem em que o Sancho quer guardar seu burro dentro do Castelo da Duquesa. Ela o proíbe, alega a elevada dignidade do lugar.

E Sancho Pança contesta:

Por que só o meu burro não pode entrar em palácio?

Por que não, senhora duquesa, se há até burros, secretários e ministros de Estado?

Dom Quixote é uma novela de homens livres, quando, depois de mais triste e mal sucedida peripécia, machucado e ferido, o cavaleiro recompõem-se sobre o cavalo Rocinante, e ao ser indagado por Sancho Pança:

- Para onde vamos agora, meu senhor?

Responde sem titubear:

- Adelante, Sancho!

- Para a frente, Sancho!

- Sempre para a frente!

Pode parecer estranho este Deputado Estadual propor esta Sessão Solene comemorativa de um único livro. E ainda, um livro escrito em espanhol.

Para quem estranhar, é preciso dizer que a Biblioteca Nacional do Brasil possui toda uma seção, chamada Biblioteca Cervantes, dedicada a este mesmo único livro.

Para quem estranhar, é preciso lembrar que o Brasil falou espanhol, sob o reinado de Felipe II, desde 1580 até 1630.

E o nosso Paraná nasceu ouvindo espanhol, na tropeada de Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, o descobridor das Cataratas do Iguaçu, na cidade espanhola de Vila Rica del Espíritu Santo - cujas ruínas dormem ao lado da atual cidade de Fênix - à sombra da mata do Rio Ivaí, ou ainda, em Ciudad Real del Guayrá e em todas as reduções do Iguaçu, Paraná, Paraguai e Tapes, sonhadas por padre Montoya e seus irmãos jesuítas, destruídas pela espada, o fogo, a fúria e a cobiça dos bandeirantes paulistas.

Aqui, nós comemoramos a língua espanhola, que tem neste livro universal, sua maior façanha.

Nós comemoramos, com alegria, a instalação do Instituto Cervantes no Paraná, a funcionar em Curitiba, em breve, com anelada inauguração, em presença dos Príncipes das Astúrias, Dom Felipe e dona Letizia de Bourbon.

Visita que deve acontecer em breve, em 2006.

O que é o Instituto Cervantes?

É instituição pública, criada pelo governo espanhol, para promoção e ensino da língua espanhola, e difusão da cultura hispânica. É regido por patronato, cujo presidente de honra é Sua Majestade, El Rey Dom Juan Carlos.

Ao Instituto também estão integrados representantes das letras e da cultura em espanhol, assim como universidades e reais academias.

O Instituto Cervantes tem 42 centros, nas grandes cidades do mundo.

Curitiba, com a sua criação, equipara-se ao Cairo, Berlim, Chicago, New York, Londres, Tel Aviv, Casablanca, Varsóvia, Damasco, Roma, Milão e Paris.

No Brasil, até agora, Instituto Cervantes só funcionava em São Paulo e no Rio.

Lúcida decisão do Primeiro Ministro socialista espanhol Luiz Zapatero, após recente visita ao Brasil, criou o Instituto Cervantes, não só em Curitiba, mas no Recife, em Belo Horizonte, Brasília, Florianópolis e Porto Alegre.

Aplica o Ministro socialista o mandamento da sabedoria: "o que não se compartilha, se perde". É preciso criar igualdade de oportunidade para todos.

Com espanhol se vai ao longe.

A língua espanhola representa oportunidade de empregos no mundo globalizado para os jovens brasileiros.

Viva o Instituto Cervantes no Brasil!

Que alegria!

Quando Prefeito de Curitiba, inspirado em minha Margarita, cujo tio Dr. Jaime Percás, foi o primeiro Cônsul da Espanha no Paraná, criei, na Praça da Espanha, que ele conseguiu do então Prefeito Ney Braga, o Farol do Saber Miguel de Cervantes.

Ao considerar a globalização e o MERCOSUL, incentivei o ensino do espanhol, fui agraciado pelo Rei Dom Juan Carlos, com a Cruz da Ordem de “D. Isabel, a Católica”, a mais alta condecoração do Reino da Espanha.

Chega de vivermos de costas uns para os outros.

Basta de vivirmos de espaldas, unos y otros!

Em Tordesilhas, o báculo do Papa Bórgia, Alexandre VI, no passado, definiu: quem falaria português, y los que hablarían español.

Com o Instituto Cervantes, nossos Rios Iguaçu e Paraná, já não separam.

Nossos rios Iguaçu e Paraná unem as terras que os Tratados de Tordesilhas, Madri e Santo Ildefonso dividiram.

Ao comemorarmos a língua hispânica, comemoramos também os imigrantes espanhóis, antigos e modernos, que, tendo escolhido o Paraná para viver, assim como todos os outros brasileiros, têm a coragem de serem mais fortes de que as adversidades e, como Dom Quixote, quando perguntados:

- Para onde vamos?

Respondem:

- Adelante! Para frente!

- Sempre para frente!

Arriba Espanha, viva o Brasil!”

(Aplausos)

(Apresentação do Grupo Folclórico do Centro Espanhol do Paraná)

Homenageados:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Ilmo. Sr. Juan Fortun, Diretor da Editora Moderna, Grupo Santillana.

O Sr. Juan Fortun (Diretor da Editora Moderna - Grupo Santillana)

O SR. JUAN FORTUN

Boa-tarde a todos!

Prezados senhores e autoridades presentes, em nome do Sr. André Cardó - Diretor do Grupo Santillana no Brasil, gostaria de parabenizar e enaltecer os esforços conjuntos da Real Academia Espanhola e as vinte e

uma academias de língua espanhola pelo Mundo, e outras entidades e pessoas que, de alguma forma, colaboraram neste preciosa edição comemorativa do 4º Centenário Cervantino. Queremos destacar que nesta edição é a versão oficial da Real Academia em língua espanhola, publicada em conjunto entre o Grupo Santillana e a Editora Alfaguara. A nível de informação, nesta edição já atingiu um número de dois milhões de exemplares comercializados no Mundo. Nós do Grupo Santillana ficamos imensamente agradecidos pelo convite nessa participação e também na edição desse material maravilhoso, precioso.

Gostaríamos de parabenizar algumas pessoas também que, de alguma forma, tiveram uma participação muito grande: o Senhor Juan Manoel Casado - Diretor do Instituto Cervantes; Professor Caio - Centro Cultural/Espanha aqui de Curitiba; o Deputado Hermas Brandão, da Casa, e um dos responsáveis por este evento, o Deputado Rafael Greca.

Aproveitando este momento gostaríamos de informar, fazer algumas doações deste material para algumas pessoas aqui presentes - ao Deputado Hermas Brandão...

(Aplausos)

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO

Sr. Presidente, eu peço licença para quebrar o protocolo - eu já ganhei um livro anteriormente - eu quero dar este livro para o Paulino Viapiana, Presidente da Fundação Cultural de Curitiba, que acaba de me dar uma grande alegria - acaba de dizer que vai transformar a Praça da Espanha e o Farol do Saber Miguel de Cervantes, na Praça da Literatura, com a sede, inclusive, da Feira do Poeta de Curitiba.

Então, em agradecimento a isto, que eu gosto de ver os Faróis do Saber prosperando e brilhando, vou dar o meu livro de Cervantes, porque não preciso de dois, leio com a Margarita no mesmo livro, até porque os olhos estão me faltando e estão sobrando para ela, eu quero entregá-lo ao Paulino Viapiana.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. JUAN FORTUN

E mais um acervo que deixaremos com o Deputado Rafael Greca que será direcionado a todos os Faróis do Saber aqui em Curitiba. Este acervo já foi encaminhado e estão com os assessores do Deputado.

Muito obrigado a todos, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Ilmo. Sr. Dr. Juan Manoel Casado, Diretor do Instituto Cervantes no Brasil, que falará em nome da comunidade espanhola.

Sr. Juan Manoel Casado (Diretor do Instituto Cervantes no Brasil)

O SR. JUAN MANOEL CASADO

(Lê):

“Cuatrocientos años del Quijote.

En 1605 se publicó en Madrid *El Ingenioso Hidalgo don Quijote de la Mancha*, obra escrita por Miguel de Cervantes Saavedra. En ese mismo año de 1605, varios centenares de ejemplares llegaron a México y otros varios centenares, a Colombia, y de ahí a Panamá y Perú. Lo que no había conseguido. Cervantes, lo consiguió el Quijote: llegar a América. Cervantes siempre había querido embarcarse para América y, quién sabe!, el Quijote se hubiera escrito en el Nuevo Mundo. Ya desde su nacimiento, el Quijote es una obra intrínsecamente enraizada en la cultura de la América Ibérica, de la América que habla español y portugués.

En este año de 2005, celebramos los cuatrocientos años de la publicación y primeras andaduras del Quijote. Lo celebramos en España, en los países en los que se habla español y en todos los países del mundo, sobre todo de Europa y América, donde el Quijote ha supuesto a lo largo de estos cuatro siglos un referente para la cultura de los pueblos. También lo estamos celebrando en Brasil, um país donde el Quijote es igualmente referente cultural. Recordemos que en la Biblioteca Nacional de Río de Janeiro se conserva una de las mejores colecciones públicas de ediciones del Quijote; que en Sao Paulo existe una de las mejores colecciones privadas; que el Quijote es um icono para diversas instituciones: destaco la figura del Quijote como símbolo de la Revista Justicia y Ciudadanía, ligada a la Asociación de la Magistratura.

La obra de Cervantes y el Quijote es una referencia para los estudios hispánicos en Brasil. Para la historia de arte del Brasil, y recuerdo los famosos grabados que Portinari realizó para ilustrar el Quijote. Para programas de inclusión social, en los que niños y adolescentes reflexionan, juegan y crean sobre la figura del Quijote. Llama la atención el gran número de ediciones del Quijote publicadas en Brasil, algunas con el concurso de grandes escritores y críticos brasileños.

La presencia de España en Brasil y las estrechas relaciones entre los dos países reclaman también del nombre de Cervantes y del Quijote. No olvidemos que en 1605 España y Brasil estaban integrados en la unión de las dos coronas. La cultura artística y literaria era la misma: el humanismo barroco. Y ello, gracias al esfuerzo conjunto de España y Portugal, que restituyeron Bahía a Brasil en la acción capitaneada por Fadrique de Toledo en 1625m acción de la que el propio Cervantes se hubiera enorgullecido y afirmado, como dijo de Lepanto, en el mismo Quijote, “*la más alta ocasión que vieron lo siglos pasados, los presentes, ni*

esperan ver los venideros”. Siglos más tarde, la presencia educativa de España en Brasil tiene el nombre del Colegio Miguel de Cervantes y la presencia cultural, el del Instituto Cervantes, aparte de los numerosos centros de la colonia española que también se han sentido identificados con Cervantes.

En España, en los otros países iberoamericanos y también en Brasil se van a programar numerosos actos para celebrar el cuarto centenario del Quijote. El 23 de abril, en particular, celebramos el gran día de las letras españolas. Es el día en que murió Cervantes, uno de los grandes nombres de las letras en español, como Paz, Neruda o Borges. Estos nombres, junto con los grandes nombres de las letras en portugués, Camões o Machado de Assis, conforman el gran legado de las letras en español y portugués, en Europa y América. Recordemos que Cervantes conocía el portugués; que Camões escribió también en español; es el Renacimiento ibérico, que irradiaba sus ideales por el Nuevo Mundo: América.

El Quijote encarna los principales ideales del Renacimiento ibérico: la persecución de un ideal; la ficción y la vida; el humanismo; la modernidad; la libertad, sobre todo. Son ideales que inspiraron la creación del Nuevo Mundo y que, por ello, están enraizados en la cultura común de Europa y América y compartidos por todos los países iberoamericanos. Son los ideales que aún hoy continúan guiando la acción del pueblo español, de la sociedad española y de su acción exterior en América y en Brasil. Estoy seguro de que el recuerdo del Quijote va a contribuir en estas fechas a aumentar, si es aún posible, la extraordinaria corriente de simpatía mutua entre el pueblo brasileño y el español. Una simpatía que se enraíza no ya en una historia común, no ya en unos intereses económicos comunes, sino sobre todo en unos ideales comunes. Ideales compartidos por todos los pueblos iberoamericanos.

De esos ideales compartidos, la libertad es el más importante para el Quijote, como nos recuerda en su frase más universalmente famosa: “*La libertad, Sancho, es uno de los más preciosos dones que a los hombres dieron los cielos;...por la libertad así como por la honra se puede y debe aventurar la vida,...*”

España y Brasil comparten hoy un espacio de libertad y justicia, razón que justifica la asociación estratégica que ambos países mantienen y que se plasma, entre otras cosas, en ambiciones tan dignas del Quijote como el esfuerzo común por un orden internacional más justo, orientado ante todo hacia la lucha contra el hambre y la pobreza. Vayan estas líneas como un homenaje a todos los que asumen la aventura del Quijote.”

(Apresentação do Grupo Folclórico do Centro Espanhol do Paraná)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Cônsul, nosso amigo Saturnino.

Sr. Saturnino Hernando Gordó (Cônsul da Espanha)

(Lê):

“Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Ilmo. Sr. Cayo Michelangelo Martins, Diretores do Centro Cultural Brasil Espanha; Ilmo. Sr. Doutor Juan Manoel Casado, Diretor do Instituto Cervantes no Brasil; Ilmo. Sr. Juan Fortun, Diretor da Editora Moderna-Grupo Santilhana; Ilmo. Sr. Odilon Tulio Vargas, Presidente da Academia Paranaense de Letras; Exmo. Sr. Deputado Neivo Beraldin, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Nelson Garcia, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.”

(Discurso feito de improviso, em espanhol, tradução livre da taquígrafa).

Deputado Rafael Greca, autor desta proposição, não sou um grande orador mas tenho sentimento para agradecer.

Quem diria, Rafael, que nesta Assembléia do Estado do Paraná descendentes de imigrantes estariam entrando para a futura História, porque nesses países como Brasil, Argentina e outros da América do Sul, sempre existem livros que escrevem sobre a imigração.

Eu estou emocionado porque este Estado foi colônia espanhola e para cá vieram muitos espanhóis e aqui lutaram para que este Estado se tornasse o que todo mundo diz: Paraná, terra de toda gente.

Eu quero agradecer, Greca, este ato de contribuição com a coletividade espanhola de Curitiba. Agradeço aqui aos espanhóis presentes, temos aqui o Presidente do Centro Espanhol do Paraná. Greca eu te agradeço por este ato, tão importante para nós, os imigrantes espanhóis que futuramente estaremos na História desta Assembléia, aqui estivemos homenageando a Cervantes e o grupo do Centro Espanhol do Paraná dançou aqui para os assistentes.

Muito obrigado, Greca e que Deus te proteja por este sentimento de amor pela Espanha, e nós temos duas pátrias, uma que é a Espanha, e outra o Paraná.

(Aplausos)

O SR. JUAN MANOEL CASADO

Sr. Presidente, peço a palavra mais um minuto para somar o meu agradecimento ao Deputado Greca, pelo carinho desta proposição.

É um ato realmente memorável aqui estar se recordando a figura de Cervantes, com a vitalidade e como expôs o seu discurso. Neste sentido o Deputado parece realmente um espanhol, é espanhola certamente a sua esposa, é verdade, são estes 50% que o senhor puxou.

Quero também agradecer à exposição sobre o Instituto Cervantes, instituição que eu represento, nesta Sessão, este que será um projeto imediato, logo que se termine o da Bahia que está em curso, completaremos a instalação em Brasília e em Curitiba. Realmente existe uma intenção de comparar Curitiba a Londres, Paris, Roma, por muitas razões do que aqui existe.

Muito obrigado pela oportunidade.

(Aplausos)

Encerramento da Homenagem:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Desejo expressar o mais profundo agradecimento pela presença das autoridades, dos representantes do corpo consultor, do grupo folclórico do Centro Espanhol, da Banda de Música da Polícia Militar do Paraná bem como dos demais presentes que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo paranaense.

Convido os presentes a ouvir o Hino do Paraná a ser executado pela Banda da Polícia Militar do Paraná.

(Execução do Hino do Paraná)
(Aplausos)

Suspendo a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos aos nossos ilustres visitantes.

Reabertura da Sessão:

Está reaberta a Sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 018/2005

Curitiba, 04 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o artigo 66, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação de cargos de provimento em comissão, com lotação na Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, entidade autárquica vinculada

à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

A medida legal em referência, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, tendo em vista que os cargos em comissão cuja criação é proposta irão ensejar condições no sentido de que a Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, com o acréscimo de apenas seis novos cargos em seu quadro de pessoal, possa desempenhar com toda plenitude e eficiência as atribuições e objetivos que lhe são cometidos.

Os estudos que precederam à presente proposição foram realizados pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, através de expediente protocolado sob nº 5.747.763-6/04, em cujas conclusões constatou-se a real necessidade dos referidos novos cargos em comissão, para assegurar perfeito funcionamento da atual estrutura da autarquia (Decreto nº 3.619, de 14.09.2004), destacando-se o fato de que será de pequena monta o custo (R\$ 16.041,32) mensal decorrente de tais provimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam criados, na Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental SUDERHSA, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Diretor Operacional das Águas símbolo DAS-3;

II - quatro cargos de Coordenador da Agência de Bacia Hidrográfica, símbolo DAS-5; e

III - um cargo de Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, símbolo DAS-5.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários necessários ao cumprimento dos dispositivos desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 019/2005

Curitiba, 04 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a

V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, efetuar cessão de uso à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Primeiro de Maio, do imóvel com área de 7.056m (sete mil e cinqüenta e seis metros quadrados), constituída pelas datas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, da quadra nº 113, situado no quadro urbano do Município de Primeiro de Maio, imóvel esse de propriedade do referido Instituto, conforme Matrícula nº 6.050m do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

O plena de lei em referência é de elevado significado, tendo em vista que atende aos superiores interesses públicos, eis que a cessionária utilizará tal imóvel exclusivamente no desempenho de suas nobres finalidades por intermédio da Escola de Educação Especial Vera Vianna Baptista, estando previsto que a cessão terá duração de cinco anos, prorrogáveis por igual período e que a autarquia FUNDEPAR poderá retomá-lo a qualquer tempo caso constatada essa necessidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, autorizado efetuar cessão de uso, a título precário e gratuito, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Primeiro de Maio, do imóvel constituído por uma área de 7.056m, datas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 da quadra 113, situado no quadro urbano do Município de Primeiro de Maio, de propriedade de referido Instituto, conforme consta da Matrícula nº 6.050, do Regimento de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei será especificada e exclusivamente utilizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, por intermédio da Escola de Educação Especial Vera Vianna Baptista, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pelo FUNDEPAR.

Art. 3º A cessão de uso terá duração de 05 (cinco) anos, que poderá ser prorrogada, por igual período, mediante consenso entre as partes, permanecendo a entidade cessionária com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a qualquer ressarcimento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 020/2005

Curitiba, 04 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000, que extinguiu o Quadro de Oficiais Femininas da Polícia Militar do Estado, para redefinir os percentuais da destinação de vagas para mulheres no quadro que especifica.

O plano de lei ora submetido à elevada apreciação dessa Casa, decorre do resultado de estudos feitos pelos órgãos da segurança pública estadual, adotando como justificativa a adiante transcrita, apresentada no expediente protocolado sob nº 8.176.848-0:

“Com o advento da Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000, a Companhia de Polícia Militar Feminina foi extinta, bem como operou-se também a extinção dos Quadros de Oficiais Policiais-Militares Femininas, a Qualificação de Praças Especiais Policiais-Militares Femininas e a Qualificação de Praças Policiais-Militares Femininas. A partir dessas mudanças as mulheres policiais-militares, Oficiais e Praças, passaram a concorrer em condições de igualdade com os policiais-militares masculinos em termos de igualdade e deveres, em todos os tipos de situações, principalmente às promoções, que foram universalizadas na Polícia Militar.

Considerando-se o interesse público e a natureza da atividade policial-militar, o parágrafo 2º, do artigo 1º, da norma citada, estabeleceu o percentual de até 6% das vagas abertas em todos os concursos públicos para as mulheres. Acontece que a redação do citado parágrafo é taxativa e, da sua interpretação, conclui-se que ela permite apenas o ingresso de mulheres como Oficiais no Quadro de Oficiais Policiais-Militares e como praça, tanto policiais-militares como bombeiros-militares, a exemplo de concurso público recentemente aberto. A norma não permite o ingresso de mulheres no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares, razão pela qual, por ser de inteira justiça, amparada pelo princípio da equidade e também pelo interesse institucional da Polícia Militar, propõe-se a alteração da lei citada, para que possam ser admitidas também mulheres como Oficial Bombeiro-Militar.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º...

§ 1º...

§ 2º Considerando a natureza especial da função de Policial-Militar e Bombeiro-Militar e o interesse público, ficam destinadas até 6% (seis por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais-Militares, Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares e Qualificações de Praças Policiais-Militares e Bombeiros-Militares para pessoas do sexo feminino.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 047 e 048/2005, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, encaminhando os Projetos de Lei nºs 362/2004, 389/2004, 475/2004, 483/2004, 370/2004, 395/2004, 401/2004, 424/2004, 462/2004 e 488/2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 042, 043, 044, 045 e 046/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

049/2005: De autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública o Instituto Lixo e Cidadania do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.680. **Anote-se - Arquivo-se.**

052/2005: Do Poder Executivo, que abriu crédito presumido sobre o leite UHT (ultra high temperature), acondicionado em embalagens longa vida, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.681. **Anote-se - Arquivo-se.**

145/2005: De autoria do Deputado Nereu Moura, que corrige para UNICENTRO, a denominação da instituição beneficiada em R\$ 500.000,00 pelo Plano de Aplicação da Lei nº 14.600/2004, na parte que constou UNIOESTE, o qual foi convertido em Lei nº 14.682. **Anote-se - Arquivo-se.**

313/2004: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza a COPEL, a efetuar o recebimento de contribuições espontâneas destinadas aos Conselhos Comunitários de Segurança, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.683. **Anote-se - Arquivo-se.**

098/2005: De autoria do Deputado Natálio Stica, que proíbe a cobrança de quaisquer valores, a título de “consumação”, pelos estabelecimentos que especifica, no Estado do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 14.684. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 677, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando projeto de lei, que dispõe sobre a publicação dos atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 379/2005, da Sra. Lygia Lumina Pupatto, Reitora da Universidade Estadual de Londrina, encaminhando Relatório Anual, Balanço patrimonial da Universidade, referente ao exercício financeiro de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 53/2005, do Sr. Eduardo Ferreira Baggio, Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, encaminhando Prestação de Contas da Empresa, pertinente ao exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 049/2005, do Sr. Martin Roeder, Diretor Presidente da FERROESTE, encaminhando Relatório de Atividades desenvolvidas no exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 347/2005, do Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor-Presidente da SANEPAR, encaminhando Prestação de Contas, exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 414/2005, do Sr. Gilberto Cezar Pavanelli - Reitor da Universidade Estadual de Maringá, encaminhando Prestação de Contas da Universidade, referente ao exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 066/2005, do Sr. Alcidino Bettencourt Pereira, Diretor-Presidente da COMEC, encaminhando Prestação de Contas, do exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 002/2005, do Sr. Olimpio Guernieri Filho - Diretor-Presidente do Paraná Investimentos S.A., encaminhando Prestação de Contas, do exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 137/2005, do Sr. Ney Amilton Caldas Ferreira, Diretor-Presidente da CODAPAR, encaminhando Prestação de Contas, exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 359/2005, do Sr. Antonio Rycheta Arten - Diretor Presidente da Agência de Fomento do Paraná S.A., encaminhando documentos relativos ao Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 063/2005, do Sr. Antonio Rycheta Arten, Diretor-Presidente de Fomento do Paraná S.A., encaminhando Prestação de Contas do Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE, concernente ao exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 556/2005, do Sr. Antonio Rycheta Arten, Diretor-Presidente de Fomento do Paraná S.A., encaminhando Prestação de Contas daquela Agência, relativa ao exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 434/2005, do Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando Prestação de Contas do Departamento de Trânsito - DETRAN, referente ao exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Do Sr. Frei Francisco Manoel de Oliveira, Presidente da Associação Casas do Servo Sofredor, encaminhando Prestação de Contas do exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Do Sr. Aldair Tarcisio Rizzi, Presidente do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, encaminhando Prestação de Contas, exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Do Sr. Aldair Tarcisio Rizzi, Presidente do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, encaminhando Prestação de Contas do Fundo Paraná, exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 022/2005, do Sr. Remigio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas do Emprego, comunicando convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Governo do Estado, objetivando a execução de ações integradas de Qualificação Social e Profissional. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 753/2005, do Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Superintendente Regional do INCRA no Paraná, comunicando transferência de recursos financeiros do convênio celebrado entre o INCRA/PR. e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 184/2005, do Sr. Ismar Barbosa Cruz, Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, encaminhando para conhecimento e providências do relatório de Levantamento de Auditoria de Natureza Operacional realizada no Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde e nos Laboratórios Centrais de Saúde Pública dos Estados. **Ao Conhecimento da Casa.**

Proposta de Emenda à Constituição Estadual:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 1º. O artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

§ 17. Fica vedada a nomeação, para cargos em comissão, do cônjuge ou parente consanguíneo, por afinidade e civil, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, respectivamente, de Deputados, no âmbito da Assembleia Legislativa; de Conselheiros do Tribunal de Contas, no Tribunal de Contas; do Governador e dos Secretários de Estado, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo Estadual; de Desembargadores, no âmbito do Poder Judiciário, dos Promotores e Procuradores de Justiça no âmbito do Ministério Público Estadual.

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(aa) NELSON GARCIA, ÂNGELO VANHONI, RATINHO JÚNIOR, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, GERALDO CARTÁRIO, CHICO NOROESTE, LUCIANA RAFAGNIN, RENI PEREIRA, PEDRO IVO ILKIV, LUIZ NISHIMORI, HERMAS BRANDÃO, TADEU VENERI, ELTON CARLOS WELTER, VALDIR ROSSONI, CESAR SELEME, MAURO MORAES, NATÁLIO STICA, ANDRÉ VARGAS, PADRE PAULO CAMPOS, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ ACCORSI, WALDIR LEITE, NELSON JUSTUS, BARBOSA NETO, ARLETE CARAMÊS, CIDA BORGHETTI e MARCOS ISFER.

JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O nepotismo sempre se constituiu em condenável e vem merecendo da sociedade brasileira, nos últimos tempos, implacável combate no sentido de erradicá-la de nosso meio, a bem do interesse público na administração do Estado.

A cada dia se avolumam as denúncias de nomeações de parentes para ocupar cargos públicos.

Em todos os poderes, a nomeação de parentes parece ser uma prática aceitável, e progressivamente quer incorporar-se à cultura política da sociedade.

Os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, quais sejam, a moralidade, a impessoalidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência não são respeitados quando se nomeia alguém da família apenas para fortalecer o orçamento familiar e o patrimônio próprio.

O Legislativo Estadual do Paraná pode dar um exemplo para o Brasil inteiro de combate aos desvios na Administração Pública.

É preciso que seja tratado como público aquilo que público é pela sua natureza.

O princípio da supremacia do interesse público deve prevalecer sobre os interesses individuais.

Sobre a constitucionalidade das normas é sempre salutar citar o constitucionalista pátrio Paulo Bonavides.

“As constituições existem para o homem e não para o Estado; para a sociedade e não para o Poder. Robespierre sem embargo da insânia revolucionária que o acometeu nos dias do terror, proferiu uma verdade lapidar quando disse: ‘A Declaração de Direitos é a Constituição de todos os povos’”.

O controle material de Constitucionalidade é delicadíssimo em razão do elevado teor de politicidade de que se reveste, pois incide sobre o conteúdo da norma. Desce ao fundo da lei, outorga a quem o exerce competência com que decidir sobre o teor e a matéria da regra jurídica, busca acomodá-la aos cânones da Constituição, ao seu espírito, à sua filosofia, aos seus princípios políticos fundamentais.

É controle criativo, substancialmente político. Sua caracterização se constitui no desespero dos publicistas que entendem reduzi-lo a uma feição puramente jurídica, feição inconciliável e incompatível com a natureza do objeto de que ele se ocupa, que é o conteúdo da lei mesma, conteúdo fundado sobre valores, na medida em que a Constituição faz da liberdade o seu fim e fundamento primordial”. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Malheiros, São Paulo: 1996. Pág. 269-270.

A especificação de parentes consanguíneos, por afinidade e civis está de acordo com o disposto nos artigos 330, 331, 333, 334, 335 e 336 do novo Código Civil Brasileiro.

Os consanguíneos dizem respeito àqueles cujo vínculo é biológico; os por afinidade são os parentes de cada cônjuge ou companheiro (a); o civil é o existente entre adotante e adotado.

É preciso ir ao espírito do Projeto de Emenda Constitucional para compreendermos a sua importância para a Administração Pública paranaense e para todos os paranaenses.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1306

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM a inversão de pauta da Ordem do Dia de hoje - 10/05/2005

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) DELEGADO BRACOCK

REQUERIMENTO Nº 1296

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja inserido na pauta da Ordem do Dia da presente Sessão o item 08 - 1ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 487/2004 - (Altera a redação da Lei Complementar nº 81 de 17 de junho de 1988, que institui a Região Metropolitana de Londrina), por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1297

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01, 02, 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão (Proposição de Veto nº 025/2004, 006/2004, 024/2005 e 027/2005, respectivamente).

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja adiado por três Sessões, o Projeto de Lei nº 384/2004, de autoria do nobre Deputado Reni Pereira e constante da pauta de hoje - 10/05/2005.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1317

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que o Projeto de Lei 390/2004 seja incluído na Ordem do Dia, cuja súmula estabelece regras para anotação e registro de dados relativos a proprietários e aos condutores de veículos no Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1319

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, SOLICITA autorização da Assembléia para representar este egrégio Poder Legislativo do Paraná, na

reunião de fundação da União Escoteira Parlamentar, conforme convite, em anexo, enviado pelo Escritório Nacional, através de seu Presidente nacional, Vereador Paulo Salamuni.

Na ocasião, estarão reunidos o Senador Flávio Arns, Deputados Federais e Estaduais de todo o Brasil, por dois dias, em Florianópolis.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja marcada para o dia 17 de junho próximo, no Complexo Esportivo Waldomiro de Oliveira "Mirão", Município de Sertaneja - Paraná, às 19 horas, Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Dr. Waldemar Scardazzi, concedido pela Lei nº 12729, de 26 de novembro de 1999.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1301

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Caetano Filho, o "Tota".

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1302

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Wagner Batista de Andrade.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1305

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador aposentado Dr. José Said Zanlute, ocorrido nesta Capital no último dia 06 de maio de 2005.

Requer outrossim que da decisão da casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 06 de maio do corrente nesta Capital, o Desembargador Aposentado José Said Zanlute, aos 91 anos de idade.

O Dr. José Said Zanlute, era viúvo, deixou um filho em memória e 03 netas.

Nascido em Corumbá (MS), formou-se na faculdade de Direito da UFPR em 1947, iniciando sua vida de Advogado em 1949. Foi Promotor Público na Comarca de Reserva e Juiz de Diretor substituto em Guarapuava, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Bocaiúva do Sul e Campo Largo.

Em 1952, foi Juiz de Direito nas Comarcas de Rebouças, Clevelândia, Irati e Lapa. Em 1965 foi transferido para Curitiba, tendo sido nomeado Juiz do Tribunal de Alçada em 1970 e Desembargador do Tribunal de Justiça em 29 de outubro de 1976, onde se aposentou.

Tombou mais um lutador. A morte no seu perambular incessante não respeita nem fracos nem fortes. Por isso caiu o prezado e fiel amigo, José Said Zanlute. Leva, portanto, consigo, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever aqui na terra.

O Dr. José nunca se acovardou ante ao perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com dever, nunca duvidou da Justiça, a qual seguia à risca e amava.

Amigo e companheiro de todos, admirador incansável da justiça, leva a lembrança dos amigos que aqui ficaram, porém, fiéis à sua memória e aos seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola a seguir.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Sua família, a família que o adorava despediu-se com lágrimas nos olhos dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai celeste que, nossos amigos, familiares do Dr. José Said Zanlute, encontrem na fé e na esperança e consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Said Zanlute, enderçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1307

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos

desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcy Alves Pinto, ex-Prefeito do Município de Morretes-PR.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1311

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Luz Trevisan, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1312

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Helena Lancin, aos 92 anos de idade, nesta Capital.

Era membro de Apostolado da Oração e muito querida por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1313

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosali Hogg de Souza, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas sauda-

des em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1314

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Taborda, nesta Capital.

Era Ministro de Eucaristia da Igreja de Santa Quitéria, muito querido por todos que conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de votos de congratulações ao Reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Gilberto Cezar Pavanelli, pelo aniversário de 35 anos dessa conceituada instituição de ensino superior.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Reitor, Av. Colombo, 5790, Zona 7, CEP: 87.020-900 - Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Maringá está comemorando 35 anos de existência em 2005. A Lei Estadual de criação da UEM foi assinada em 6 de novembro de 1969, quando foram agrupadas as faculdades de Economia de Direito e de Filosofia e o então recém-criado, Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas. Mas o Decreto Estadual de criação da Universidade Estadual de Maringá foi publicado, no Diário Oficial do Estado, em 28 de janeiro de 1970. E foi a partir daquele ano que os cursos oferecidos passaram a ter a “grife” da UEM.

A presença da Universidade, primeiramente, em Maringá e depois na região vem contribuindo, de maneira marcante, para o desenvolvimento econômico, social e cultural, por meio da atividade de ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido é que propomos o merecido reconhecimento.

REQUERIMENTO Nº 1308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em Ata voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao profissional Luiz Fernando Cordeiro, bacharelado em Educação Física, que com brilhantismo e profissionalismo vem há anos difundindo o esporte em nosso Estado, dando exemplo de competência, e deixando sua marca nas inúmeras escolas e clubes por onde passou.

Atualmente é Coordenador Técnico e Administrativo de Futebol do Departamento Profissional do Clube Atlético Paranaense, onde, desde 1995, vem colecionando títulos e honrarias, corroborando o profissional que é, nosso amigo Cordeiro.

Efusivos cumprimentos deste Deputado, extensivo aos demais Pares desta Casa bem como da comunidade paranaense, consignado o reconhecimento de todos.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1284

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a implantação da patrulha escolar, nos estabelecimentos de ensino do Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Umuarama, Sr. Luiz Renato Ribeiro de Azevedo (Av. Rio Branco, 3717 - Umuarama-PR; CEP: 87.501-130), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Antônio Milton Siqueira. (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863 - CEP: 87.502-080).

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1285

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a implantação da patrulha escolar, nos estabelecimentos de ensino do Município de Cianorte.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Cianorte, Sr. Edno Guimarães (Av. Santa Catarina, 731 - Cianorte PR - CEP: 87.200-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal. Vereador Deolindo Novo (Câmara Municipal - Av. Goiás, 198 - CEP: 87200-000).

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1287

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente o Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos no sentido de viabilizar a construção de um viaduto no entroncamento da PR-383 e 486, que dará acesso ao Município de Alto Piquiri e Região.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Sr. Valter Richer (Alto Piquiri - Paraná - CEP: 87580-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Edvaldo Nunes da Silva. (Câmara Municipal - CEP: 87580-000).

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, Diretor-Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município de Pérola.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Pérola, Senhor Claiton Cleber Mendes (Pérola-PR - CEP: 87540-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Ângela Márcia Azevedo. (Câmara Municipal - CEP: 87540-000).

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1291

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Caixa Econômica Federal, protestando contra o tipo de contrato denominado "leasing" - Arrendamento Residencial com Opção de Compra, que sempre acaba causando enormes prejuízos ao cidadão que contrata essa operação de arrendamento.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1292

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Procuradoria Investigação Criminal, PIC, pedindo providências e investigações contra Carlos Emiliano Ferreira Delazari, que teve seu inquérito arquivado a requerimento da Promotora Terezi-

nha Resende Carula, apesar das inúmeras evidências contra a sua pessoa.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1299

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Dr. Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, solicitando a instalação de duas Varas Cíveis na Comarca de Londrina, as quais já foram aprovadas pelo Código de Divisão Judiciária, que tramitou por esta Casa, a fim de evitar o acúmulo de processos.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

REQUERIMENTO Nº 1300

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Exmo. Sr. David Antonio Pancotti, solicitando a reconsideração da decisão que envolve o Policial Militar João Rodrigues de Almeida.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1303

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando providências da referida Secretaria, para estancar a crescente onda de violência que vem assolando a população de Florestópolis, principalmente após assassinato do jovem de 18 anos, que chocou a cidade.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1304

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Cultura, Exma. Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitando doação de livros para o acervo da única Biblioteca Municipal de Rolândia, que atende toda a população daquele Município.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1310

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Departamento de Estrada de Rodagem do Paraná - DER, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Vereador Altivir Stocco - Planta Nemari I e I e ruas adjacentes - bairro São Sebastião - Município de São José dos Pinhais, que reivindicam, através de abaixo-assinado anexo, o retorno e oficialização do ponto de ônibus que se situou por aproximadamente vinte anos, à margem da BR-277, Km 67,5, nas proximidades da Empresa CR Almeida.

Esse ponto de ônibus era muito útil aos moradores, bem como aos funcionários e visitantes dos internos do Centro de Amparo aos Idosos Jesus Maria José e Associação e Lar para Idosos e Deficientes Adelaide - "Lar Adelaide", sendo imprescindível o seu retorno.

Esclarecemos que o presente pedido já foi encaminhado ao 9º Unit do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte - DNIT, porém recebemos resposta através do ofício nº 0362, informando que a rodovia em questão teve sua administração transferida para o Estado do Paraná, passando a competência para esse DER.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1309

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve O presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Lourenço Volpi e proximidades - Bairro Santa Cândida, que solicitam policiamento ostensivo nesse bairro. A situação é crítica, os roubos são constantes e os ladrões estão derubando as paredes das residências para praticarem os furtos.

Os moradores pedem urgência no atendimento devido o bairro encontrar-se sem segurança e a população totalmente desprotegida.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1316

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pede que se oficie o Governo do Estado do Paraná, através do órgão competente, o seguinte pedido de informações:

I) quem autoriza a exploração e comercialização de água mineral no Estado?

II) Quem fiscaliza a qualidade da água e com que periodicidade?

III) Como funciona a liberação da exploração e sua comercialização?

IV) Como funciona a fiscalização?

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar tem recebido várias denúncias sobre a qualidade da água mineral e, percebe que a população tem encontrado dificuldades na busca de soluções, pois não sabe a que órgão recorrer. Nós mesmos não sabemos ao certo para quem reclamar, se é a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o IAP, a Vigilância Sanitária, pois, em busca de informações, temos procurado o responsável, sem sucesso.

REQUERIMENTO Nº 1320

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, moção de apoio dirigido às farmácias de manipulação, que foram proibidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - de preparar medicamentos nas doses que já são fabricadas pela indústria farmacêutica.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 266/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a instituir o Teste Vocacional na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná.

I - Todas as escolas públicas deverão ofertar o teste vocacional para os alunos antes da conclusão do ensino médio.

II - Serão ofertadas para os alunos da rede oficial de ensino, palestras que abordem a área de atuação de cada profissional e, ainda, demonstrem seus ramos de atividades.

Art. 2º Os recursos necessários para o cumprimento desta lei serão consignados no Orçamento do Estado mediante proposta orçamentária.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Educação tomará as demais medidas necessárias à implementação da presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta objetiva oferecer aos nossos jovens a condição de escolher o seu futuro profissional, bem como fazer com que eles tomem conhecimento a respeito da profissão que escolheram.

Ao ingressarem nas universidades os jovens optam por determinada profissão sem nem ao menos saber quais são as aptidões necessárias e as atividades que irão desenvolver. Através desta proposição, os jovens terão acesso a palestras informativas que serão realizadas por profissionais, com o intuito de apresentar-lhes a forma como irão atuar no mercado de trabalho.

A iniciativa também pretende desafogar alguns ramos de atividades que muitas vezes são escolhidos pelos jovens pela falta do conhecimento de outras profissões.

Inicialmente a proposta pode ser observada como prerrogativa do Governo do Estado, mas devemos observar que também compete ao Poder Legislativo assegurar aos cidadãos do nosso Estado ferramenta que os defendam e legitimem sua cidadania, esta que pode ser conquistada através da qualificação profissional, o que gera empregos e fonte de renda para todo o Paraná.

Por tudo que foi exposto, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares com assento neste Parlamento.

PROJETO DE LEI Nº 267/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido ao estabelecimento de frigorífico que realizar o abate de gado bovino, bubalino e suíno, ou àquele que tenha encomendado este abate, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito da importância equivalente à aplicação de 12% (doze por cento) sobre o valor de sua operação de saída interna de carne verde, resfriada ou congelada, e dos miúdos comestíveis resultantes do abate dessas espécies de gado, outras carnes de suínos e miúdos comestíveis, salgados, pele de suíno salgada, toucinho suíno salgado, apresuntado, banha de porco, linguiças, mortadelas e salsichas, exceto em lata.

§ 1º O crédito, referido neste artigo, substitui o concedido pela Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, apenas, em relação aos produtos e operações nele abrangidos.

§ 2º O crédito correspondente ao percentual referido no *caput* deste artigo condiciona-se a que a operação de saída seja tributada ou, não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 3º Não se compreende na operação de saída referida no *caput* deste artigo, aquela cujos produtos ou outros deles resultantes seja objetivo de posterior retorno, real ou simbólico.

§ 4º A opção aludida no *caput* deste artigo, será declarada em termos no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo, os quais produzirão efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua lavratura.

Art. 2º Fica excluída da redução de base de cálculo de que trata o artigo 5º, da Lei 13.212/2001, as operações internas com carne verde, resfriada ou congelada, e dos miúdos comestíveis, resultantes do abate de gado bovino, bubalino e suíno, outras carnes de suíno e miúdos comestíveis, salgados, pele de suíno salgada e toucinho suíno salgado.

Art. 3º O débito do ICMS, nas operações internas, com apresuntado, banha de porco, linguiças, mortadelas e salsichas, exceto em lata, passa a ser de 12% (doze por cento).

Art. 4º O valor do crédito estimado previsto nesta lei e na Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, em razão de ser imediatamente compensado com o débito da operação para a qual foi concedido, não será deduzido do valor do crédito acumulado decorrente de outras operações, inclusive para os efeitos dos parágrafos 6º, 7º e 8º do artigo 25 da Lei nº 11.580/96.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto em relação ao artigo anterior, no que se refere à Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, que produzirá efeitos a partir de 27 de março de 2001.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Essas alterações que ora se está propondo no sentido de alterar a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS) no que se refere ao tratamento dispensado às operações internas com carne bovina, bubalina e suína bem como aos seus miúdos comestíveis em estado natural, resfriada ou congelada, atende aos pleitos da Comissão Técnica da Bovinocultura de Corte, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, pelas Comissões dos Alimentos, da Agricultura, Indústria e Comércio, de Defesa do Consumidor, e do Bloco Agropecuário Parlamentar, da Assembléia Legislativa do Paraná.

É conhecido o fato de que, mesmo sendo a carne bovina e suína paranaenses desoneradas do ICMS nas operações internas, os estabelecimentos abatedores paranaenses não conseguem atender, em sua maior parte, o mercado local. Tal fato tem origem em distorção na pró-

pria legislação desonerativa do ICMS, que ora se pretende corrigir.

No atual regime tributário a carne verde bovina e suína em alíquota de 7% (sete por cento), que é compensada com um crédito presumido, também de 7% (sete por cento), o que resulta em carga tributária zero. Na presente proposta elevar-se-á a alíquota para 12% (doze por cento) e também o crédito presumido para esse percentual, continuando a resultar em carga tributária zero. Assim, nenhum ônus haverá para o setor que industrializa essas carnes no Estado, vez que nenhuma alteração na carga tributária haverá.

Ocorre que na atual sistemática a indústria paranaense gera ao seu comprador, de dentro do estado, um crédito de ICMS de 7% (sete por cento), em decorrência da alíquota de mesmo percentual vigente nessas operações.

Em razão desse fato, as grandes redes de varejo vêm comprando a carne produzida em outras Unidades da Federação, pois, nestas operações, o crédito do ICMS que lhes cabe é de 12% (doze por cento).

Não bastasse o crédito de 12% o débito na operação subsequente, no varejo, é de apenas 7% resultando um benefício adicional da ordem de 5% (cinco por cento) para quem traz os produtos de outro Estado.

Nessas circunstâncias há um enorme prejuízo, não só para a indústria paranaense, mas para a população como um todo, pois esta diferença de tributo é bancada pelo Tesouro Estadual, que se transforma em lucro nas redes de varejo, em grande parte multinacionais.

Ao se elevar a alíquota interna para 12%, mantendo-se a carga da indústria paranaense nas operações internas em zero, possibilita-se à indústria local gerar ao seu comprador um crédito de 12%, da mesma forma que carne produzida em outras unidades da federação, neutralizando-se a concorrência e fazendo com que o Tesouro Estadual deixe de subsidiar o grande varejo.

Tal solução permitirá que o esforço tributário do Estado do Paraná no sentido de reduzir a carga fiscal, na carne verde e miúdos comestíveis de bovinos, e suínos venha a representar efetivamente um benefício à indústria local e, em consequência, ao nosso produtor agropecuário, que, ou não tem tido mercado para colocar o seu produto, ou coloca a preços aviltados, e não para a indústria e aos pecuaristas de outros Estados, como atualmente vem ocorrendo.

Esta medida alia o apoio aos frigoríficos paranaenses à redução das perdas de arrecadação decorrentes do consumo de produtos oriundos de outros Estados, que representam hoje mais de 60% de toda a carne consumida no Paraná, sendo que em algumas das grandes cidades do Estado, este percentual ultrapassa a 90%.

Ao alterar o ICMS da carne, estar-se-á dando condições igualitárias de competição para as empresas paranaenses e aos mais de 40 mil produtores rurais,

melhorando as condições econômicas, a renda e o emprego no Estado.

PROJETO DE LEI Nº 268/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a comercialização de peças de veículos sinistrados, que sejam desmontados e suas peças colocadas nas prateleiras.

§ 1º Os veículos devem permanecer em sua forma original e as peças que serão comercializadas, retiradas no ato da venda.

Art. 2º Todos os veículos sinistrados, deverão possuir procedência, de onde foram comprados, com suas respectivas notas fiscais.

§ 1º Os veículos sinistrados antes de serem levados às Auto-Peças, deverão ser fotografados no local da compra.

§ 2º Esses veículos adquiridos devem estar obrigatoriamente baixados pelo DETRAN - Departamento de Trânsito do Paraná.

Art. 3º Todas as Auto-Peças que trabalham na venda de peças usadas, deverão possuir um fichário de controle de cada veículo sinistrado, com as respectivas fotos e notas fiscais de compra, conforme artigo 2º.

Art. 4º Ao serem vendidas as peças ao consumidor, deverão ser obrigatoriamente emitidas as respectivas notas fiscais, devendo uma fotocópia da mesma, permanecer no fichário de controle de cada veículo sinistrado.

Art. 5º As peças que forem encontradas nas prateleiras das Auto-Peças e não acopladas nos veículos sinistrados serão apreendidas.

§ 1º E não sendo comprovada sua origem a loja de imediato terá seu alvará cassado.

Art. 6º Antes e depois da venda das peças, é obrigado que seja tirada a fotografia as quais ficarão no fichário de controle de cada veículo.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, tem como objetivo coibir o furto e o roubo de veículos no Estado do Paraná, em virtude de que os maiores receptadores são os proprietários de lojas do ramo de Auto-Peças, “desmanches”.

Com esta lei em vigor, obrigará os proprietários das lojas de auto-peças, somente a comprar veículos baixados no Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, com notas fiscais dos vendedores, e as peças não poderão ser retiradas dos veículos sinistrados, quando forem vendidas, extraindo a respectiva nota fiscal, colocando uma foto da mesma no fichário de controle do carro sinistrado, procedimento que ocorrerá de cada peça que será vendida. Sendo assim, quando a loja for vistoriada pela Polícia, terá condições de informar sobre as peças que foram vendidas de cada carro sinistrado.

Os veículos comprados, deverão ser fotografados no local da compra e depois na Auto-Peças, procedimento que irá comprovar que as peças não foram retiradas e colocadas outras no lugar; e também antes e depois de cada venda feitas das peças, e acrescentando nos fichários de controle de cada carro sinistrado.

Com a aprovação desta lei, coibirá muito com o furto de veículos e até com assaltos em sinaleiros, onde vêm vitimado com morte muitas pessoas.

PROJETO DE LEI Nº 269/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Rodovia Antonio Fregulia, o trecho da Rodovia Estadual PR-317, da Ponte sobre o Rio Piquiri no Município de Formosa do Oeste até o trevo de acesso à cidade de Jesuítas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Um pioneiro e desbravador da região de Formosa do Oeste.

Brava gente, decidido, esforçado e admirado pela sua capacidade de trabalho, modo de ser e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

Teve reconhecido o seu trabalho pelo povo de Formosa do Oeste, que o elegeu para mandatos de Prefeito Municipal e dois mandatos como Vereador, deixando muita saudade pela sua morte.

Para testemunhar isso, a população daquela região, através de manifestação da Câmara Municipal, quer prestar uma homenagem a tão querida liderança que sempre lutou por suas causas.

PROJETO DE LEI Nº 270/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a doar ao Município de Jesuítas o imóvel urbano localizado na área P-6-B da subdivisão da área P-6, no loteamento da Cidade e Município de Jesuítas, com área de 852,15m e benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná, nos termos da Transcrição Protocolo nº 33.999, da Matrícula nº 8.583, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Jesuítas, especificamente pelo Departamento de Educação, com a finalidade de construção de uma pré-escola.

§ 1º O referido imóvel não poderá ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se, sem efeito a presente cessão.

§ 2º O Município ficará responsável pela guarda, proteção, e restauração do imóvel, bem como pelas despesas e medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, abstendo-se do direito de ressarcimentos futuros relativos a benfeitorias produzidas no local.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 10.05.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Jesuítas tem dentre seus deveres a eficiente prestação de serviços públicos à comunidade local e regional.

Sendo Município de pequeno porte, a Prefeitura não encontra local onde possa alocar o pessoal para o necessário e eficiente atendimento do setor de educação.

No Município de Jesuítas há uma área de 852,15m e benfeitorias, conforme consta da Transcrição Protocolo nº 33.999, da Matrícula nº 8.583, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste, de propriedade do Estado do Paraná, a qual não é utilizada por ele.

Pretende o Município edificar uma pré-escola e melhor estruturar o Departamento de Educação local, sendo que o terreno e as benfeitorias acessórias, objetos do presente projeto, são ideais aos anseios do Município e, sobretudo, da população.

Esta área pertence ao Estado e atende às necessidades do Município, sendo que, para tanto, solicita a mesma para que possa realizar o atendimento da população na área de educação.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

O SR. DELEGADO BRADOCK (Pela Ordem)

Encaminhamos à Mesa Executiva um requerimento pedindo a inversão da pauta da votação de hoje.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No devido momento colocaremos em votação seu requerimento, pois teremos ainda o Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PSB se fará uso da palavra. Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, que me indicou como Conselheiro do Fundo Penitenciário do Paraná. Essa indicação é levada ao Dr. Aldo Parzianello, Secretário da Justiça e depois, por decreto do Sr. Governador Roberto Requião, como membro titular e como membro suplente, o Deputado Barbosa Neto.

Muito obrigado, Sr. Presidente! Espero contribuir representando esta Casa, fiscalizando e dando as nossas opiniões para que possamos melhorar a qualidade de vida do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebi do Deputado Luiz Accorsi, que é o Corregedor desta Casa, esta documentação que foi encaminhada, uma parte dela por um promotor da cidade de Apucarana que, de maneira clandestina, atendendo um chamado telefônico do Secretário Delazzari, usou da estrutura da Promotoria Pública lá em Apucarana. De maneira clandestina se prestou a fornecer determinados documentos, que são públicos, mas que devem ser requeridos pelas partes e quando se vai usar a estrutura do poder judiciário ou do Ministério Público, tem que ser oficial e não de maneira clandestina como fez S. Exa. o Promotor de Apucarana.

Já entramos contra ele com uma arguição de suspensão, uma vez que ele tomou partido, por se tratar de amigo pessoal o Secretário da Segurança Pública do Paraná, conforme ele mesmo declarou para a imprensa apucaranesa.

O ponto principal que nos levou a denunciar aqui o Eduardo Requião de Mello e Silva foi uma denúncia feita pela sua própria irmã que disse que ele não vem repassando para o PROVOPAR, de onde ela é a Presidente.

Temos que ir esclarecendo que Eduardo é o Superintendente do Porto de Paranaguá, e Lúcia Requião é a Presidente do PROVOPAR. É que tem tanto requião no Governo que se não explicarmos, as pessoas se perdem, porque a quantidade é muito grande. O coitado do Severino ainda é criticado, em nível nacional, quando falam de nepotismo. O Severino, coitadinho, é pintinho de um

dia perto desse galo velho e criado que temos aqui no Paraná, em matéria de nepotismo.

O Governador, com objetivo de me assustar, mandou para cá um dossiê que, na verdade, está muito incompleto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Como não tenho tempo, hoje, para poder abrir, para ajudar a completar o dossiê que o Governador mandou para cá, já quero me inscrever para amanhã, quando iremos acrescentar alguma coisa neste dossiê. Afinal de contas, quem tem 34, 36 anos de vida pública, não pode morrer com um dossiê tão pobre como esse que foi mandado por S. Exa. o Governador do Paraná.

Amanhã iremos, Sr. Presidente, trazer mais uma parte da nossa vida política; alguma coisa importante para a história política do Paraná; uma parte de um episódio que aconteceu no ano de 1990 que ficou por demais conhecido na esfera da Justiça Eleitoral, que é o caso Ferreirinha.

Amanhã, Sr. Governador Roberto Requião, que deve estar me ouvindo, quero fazer-lhe umas perguntas desta tribuna aqui, aos seus, enfim, à sociedade paranaense, Sr. Governador, sobre o caso Ferreirinha, o baião da foice, o Ananias Silva França, o Afrânio, sabe, Governador?

Serão coisas realmente interessantes para a população paranaense.

Ainda hoje brincavam no comitê de imprensa: “Scarpellini, você foi agora indicado para o Conselho Penitenciário. Vai preparar o terreno para quando você lá chegar?” Eu falei: “olha, pode até ser, mas quero estar com um ambiente bem pronto também para recepcionar o Sr. Governador no futuro”.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã, com mais tempo, vamos melhorar um pouco o meu dossiê.

Muito obrigado.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto a liderança do PP, PL, PTB, PPS.

(**Declinam**)

Consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Precisamos ter também um choque de realidade. Vou ao supermercado, vou à feira livre, converso com a empregada que trabalha em casa, que pega ônibus lotado, não vemos esse mundo cor-de-rosa que o Governo propala no Brasil e no Paraná.

Sras. e Srs. Deputados.

Um representante comercial, indignado, em plena tarde, no ponto mais central de Londrina, ateou fogo no

próprio veículo para que o Banco não o tomasse de volta. Um Celta que ele financiou - deu de entrada três mil reais e parcelou o restante e 36 vezes de 891 reais. Perdeu o emprego, não conseguiu pagar as prestações, estava ameaçado pelo Banco de busca e apreensão do veículo. E o que ele fez?

Dizia ele: “estou lúcido. Não sou louco nem estou bêbado. Estou é indignado”. Um representante comercial de 38 anos, morador em Ibiaporã, um pai de família.

Essa é a realidade que temos que ver. Esse pobre trabalhador, Deputado Nelson Garcia, saiu chuscado com o fogo que ateou no próprio carro, bem no coração de Londrina. Dizia ele: “se não vai ser meu, não será de ninguém”.

Enquanto isso, abrimos os jornais e vamos: “Lucro Record do banco Itaú. Lucro Record do BRADESCO”. Não podemos ficar olhando essa paisagem à nossa frente. Veja só a indignação, a que ponto chega, da população brasileira. E aí você pega e abre as revistas, ouve as rádios, a televisão: “o Paraná é o melhor Estado do Brasil para se viver. Cem mil empresas abertas nos últimos 29 meses. 280 mil empregos criados neste Governo”. Onde? Onde, que eu não consigo ver? E o que é mais grave, inclusive dentro desse lucro exorbitante dos bancos, dessa propaganda enganosa que vemos, as pessoas estão perdendo o respeito e a confiança na Justiça, por exemplo.

Vejam o que aconteceu em Ivaiporã. Um outro microempresário em dificuldades financeiras abrigou na sua pequena empresa um funcionário que trabalhou dez meses, foi à Justiça, conseguiu uma indenização trabalhista de 28 mil reais. Ele, revoltado porque essa pessoa quase não trabalhou para ele - errado por não tê-lo registrado em carteira, mas vemos aí que o Governo propala que o número de funcionários registrados em carteira é muito grande, que a informalidade tem diminuído. Aonde isso? Ele pegou um tijolo e arremessou contra o Sindicato do Comércio da Cidade de Ivaiporã. E mais indignado ainda pegou o seu carro, um santana, e invadiu a Vara de Justiça Trabalhista, na Cidade de Ivaiporã.

E vamos ficar calados diante de tudo isso? Esta é uma caixa de ressonância dos assuntos que estão em voga na nossa região, no nosso Estado. Este não é um mundo de ficção, de fantasia, que estamos vendo pela televisão. A realidade é dura, é cruel, principalmente com os mais humildes! A sede de justiça é muito grande. Precisamos que saia urgentemente essa reforma trabalhista. Precisamos que a população tenha acesso à Justiça de forma célere e eficaz.

Quero concluir apenas dizendo que estou protocolando na tarde de hoje, um requerimento endereçado ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, para instalar as Varas Cíveis que foram criadas no novo Código Judiciário aprovado por esta Casa, já que na cidade de Londrina a imprensa tem mostrado, as Varas estão com os processos tomando conta dos gabinetes dos servidores de Justiça, dos promo-

tores, dos juízes e, lamentavelmente, não estamos vendo a realidade. Ou seja, a instalação dessas Varas que iriam diminuir sensivelmente esses processos que poderiam ser julgados de forma mais célere para que evite, por exemplo, essa descrença dos mais humildes, principalmente em relação à Justiça.

E, gostaria que esse requerimento pudesse ser aprovado na tarde de hoje e que pudéssemos fazer aqui a nossa parte que é mostrar, que é falar, mas acima de tudo, agir. Não é possível, oito mil processos em cada Vara do Fórum de Londrina, estão acumulados! É lamentável tudo isso e a minha indignação na tarde de hoje diante desses problemas que acabo de relatar.

Muito obrigado pela benevolência do tempo, Presidente Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL. PT.

Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna no dia de hoje, para passar algumas informações que parecem que vêm ao encontro da preocupação da maioria dos Deputados, com relação ao debate que se faz no Estado do Paraná hoje, que diz respeito às áreas de preservação ambiental.

Convidamos ontem o IBAMA, o Dr. Marino, para que estivesse aqui. Ele não pôde vir no dia de hoje, mas está sendo realizado neste momento uma audiência, um debate entre vários setores da sociedade, inclusive com Deputados, o Governador e setores produtivos.

Algumas informações que obtivemos do IBAMA dão conta que o Parque Nacional dos Campos Gerais, o Refúgio da Vila Silvestre do Rio Tibagi, esses dois no Paraná e em outros parques que estão sendo feitos, têm em princípio uma área menor do que aquela que havia sido informada aqui. Embora pareça-me que o processo todo foi feito, sem que pudéssemos - a Assembleia Legislativa, principalmente - fazer o debate como gostaríamos. Há algum tempo existe a preocupação, tanto do IBAMA como do Ministério do Meio Ambiente, em fazer o levantamento dessas áreas.

Esse processo, Sras. e Srs. Deputados, vem desde 2003. A informação que obtivemos é que a força tarefa feita a pedido e por determinação da Ministra Maria Silva, percorreu os Estados do Paraná e Santa Catarina, com quarenta técnicos de dezesseis instituições, mais de 41 mil quilômetros. Estudos que foram desenvolvidos a partir de 2003 apontam a necessidade imediata da criação dessas unidades de conservação, federais, a proteção integral dessas áreas, colocando que é possível, com essas áreas, que os Municípios venham a contar com o ICMS

ecológico, porque sabemos que muitos desses Municípios de IDH muito baixo, que têm pouca ou quase nenhuma fonte permanente de renda e que poderão, obviamente com o apoio do Ministério, desenvolver outras formas de renda, que sejam além daquelas que sabemos que são hoje pertinentes a esses Municípios, como por exemplo o turismo rural, que venham a ter também outras formas de desenvolvimento.

Parece-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que marcadas algumas audiências que serão feitas, também aqui a Deputada Luciana Rafagnin, Presidente da Comissão de Agricultura, manifestou-se no sentido de fazer um debate no Sudoeste, com os produtores, as entidades que são diretamente envolvidas nesse processo; teremos na semana que vem condições de fazer um debate, pelo menos mais racional, onde não entrem critérios subjetivos, de ofensas pessoais a autoridades, que queiramos ou não, democraticamente foram eleitas. E que possamos fazer esse debate sem que isso se transforme apenas em um “achismo” desse ou daquele lado.

Gostaria também, Sr. Presidente, de comunicar a esta Casa que estou protocolando no dia de hoje, o projeto de emenda constitucional, Deputado Bradock, com 28 assinaturas, para que possamos alterar o artigo 27 da Constituição Estadual e possamos incluir nele uma ressalva, uma condição da proibição de pessoas ligadas consanguineamente ou por atividade até o terceiro grau nos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, o Tribunal de Contas e Ministério Público. Isso vem também no mesmo debate que está sendo feito em nível nacional; já temos, em nível nacional, constituída a Comissão, que deverá dar um parecer nas próximas semanas e aguardamos aqui no Paraná o mesmo encaminhamento. Temos assinaturas de todos os Partidos e isso significa que esse não é um projeto de Partido ou de um Deputado; temos assinaturas desde o Presidente da Casa até o Deputado que propôs e todos os demais que queiram, podem assinar e sabemos que ao seu tempo faremos um debate também racional, não emocional, sobre o que significa isso que, no meu entendimento, é um avanço para a democracia, um avanço para a República.

Então, Sr. Presidente, para concluir, isso significa que poderemos fazer nas próximas semanas, nos próximos meses, um debate nesta Casa, que não se limite a pensar que projetos são a favor ou contra esse ou aquele, nesse ou naquele tempo. Projetos que mudam a Constituição do Estado são para serem respeitados pelas gerações futuras e têm o intuito de atingir esta e as próximas gerações.

Por isso agradeço a todos os Deputados que compreenderam neste momento e, obviamente, que aqueles que entenderam que este não é o momento para assinarem, vamos buscar, no processo democrático de convencimento, trazê-los também para fazermos esse debate e sabemos que será um bom debate, um debate franco, honesto, principalmente, que trará para toda Casa um esclarecimento melhor sobre o que cada um aqui pensa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar e agradecer a presença do Prefeito Celso, de Imbituva, que marca presença nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas ao ilustre Prefeito!

No Horário da Liderança do PSDB, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, nesta tarde, fazer o registro do descaso do Governo do Paraná para com a instituição UNIOESTE, mais especificamente para o curso de Direito, da Cidade de Francisco Beltrão, curso esse que foi fruto da conquista de um trabalho no final do Governo Jaime Lerner, de diversas lideranças da região e que, através de um trabalho de convencimento do então Governador, conseguimos implantar em Francisco Beltrão o curso de Direito, juntamente com a estadualização da FACIBEL, de Francisco Beltrão.

Há três anos o curso está instalado em Francisco Beltrão. É o único curso de Direito estadualizado na região Sudoeste do Paraná. A região compõe um quadro de quarenta municípios, com cinco cursos de Direito, sendo quatro particulares e o único estadual é o da UNIOESTE, em Francisco Beltrão. Há uma decorrência enorme, uma procura, até porque além do nome que tem a UNIOESTE, com certeza, diante da crise financeira, das dificuldades da geração presente, buscam o curso de Direito de Francisco Beltrão como uma opção para o ensino gratuito universitário na região. No último vestibular tivemos quatorze inscritos por vaga e o único curso de concorreu com o curso de Direito de Francisco Beltrão, foi o curso de Medicina da UNIOESTE, com o mesmo número de participantes.

Ora, pois! Recebo dos alunos da UNIOESTE de Francisco Beltrão um expediente no qual trazem a realidade e as dificuldades que enfrentam neste momento, depois de três anos de funcionamento do curso. Lá tem alunos de todos os Estados da região Sul frequentando o curso.

A preocupação que me trazem é exatamente no sentido de que daqui a dois anos forma-se a primeira turma e há que ter o reconhecimento do MEC. Para que esse curso seja reconhecido, existem alguns critérios que o MEC exige, entre eles, Srs. Deputados, para conter a avaliação, ter o conceito “A” pelo MEC, deveria ter o curso 15% de professores-doutores, e o curso tem apenas

um professor-doutor; não conta nenhum professor-mestre, quando o MEC exige 40% dos professores-mestres no curso, assim como há também dois professores, apenas especialistas, para uma exigência de 30% no curso, Deputado Luiz Carlos Martins. Dizem ainda os alunos do curso de Direito de Francisco Beltrão, que não têm o aval do Governo em nenhum sentido com relação à contratação de professores permanentes, até porque o Governo preocupa-se apenas com a contratação de professores temporários, o que não tem resolvido essa realidade caótica que vive o curso de Direito de Francisco Beltrão. A solução é apenas paliativa e não decisiva, não definitiva.

A baixa remuneração é quase uma coisa lastimável que beira o ridículo por parte daquilo que o Governo paga; não atrai o interesse de mestres e professores em potencial a um curso da magnitude do curso de Direito de Francisco Beltrão. Além do que, o professor temporário não tem vínculo empregatício com o Governo e, desta forma, não tem a devida preocupação com relação àquilo que é o sonho, o desejo dos universitários do curso de Direito de Francisco Beltrão.

O acervo bibliográfico, Deputado Bradock - V. Exa. que é formado em Direito sabe muito bem da necessidade e é essencial para que se tenha um bom conhecimento jurídico em um curso de Direito - o acervo bibliográfico do curso de Direito de Francisco Beltrão é quase que uma coisa ridícula. O que exige o MEC? O MEC exige dez mil volumes como ideal para o funcionamento de um curso de Direito. O que temos no curso de Direito de Francisco Beltrão são apenas 97 registros na área de Direito e 406 volumes de livros! Portanto, é uma situação dramática, caótica!

Neste momento, gostaríamos de deixar registrado nesta Casa o descaso, a falta de atenção, de interesse do Governo quando apregoa aos quatro cantos deste Estado a sua preocupação com relação ao mundo universitário neste Estado. É lastimável a falta de investimento! Trago aqui a preocupação de um documento assinado, subscrito por uma meia dúzia de alunos, são seis alunos de diversas turmas, 3º, 1º e 2º ano, que me trazem esse documento para que eu torne público nesta Casa e que traga, como forma de denúncia, para que os paranaenses saibam do descaso que o Governo está tendo para com o curso de Direito de Francisco Beltrão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PMDB; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(**Todas declinam**)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 43 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria dos Deputados Nelson Garcia, Ângelo Vanhoni, Ratinho Júnior, José Domingos Scarpellini e demais Srs. Deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se em avulso no Diário da Assembléia para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1319, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para representar este Poder, na reunião de Fundação da União Escoteira, em Florianópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1306, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando a inversão de pauta da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Rural Comunitário Léa Leal - CENSORURAL, com sede e foro na cidade de Teixeira

Soares. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**
(Publ. no DA nº 026/2005, de 03/04/2005)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 188/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública o Centro Social Rural Comunitário Léa Leal - CENSORURAL, com sede e foro no Município de Teixeira Soares.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 5258, de 13 de janeiro de 1966, que declarou de Utilidade Pública o Educandário Madre Carmela de Jesus, nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**
(Publ. no DA nº 021/2005, de 04/04/2005)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 149/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 5258/66 que declarou de Utilidade Pública o Educandário Madre Carmela de Jesus, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, altera o artigo 1º da Lei nº 13.469, de 14 de janeiro de 2002, que declarou de Utilidade Pública a Creche Tia Lúcia, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 008/2005, de 02/03/2005)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 064/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 13.469/02, que declarou de Utilidade Pública a Creche Tia Lúcia, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 01/2005, que altera a redação do artigo 14, alínea "x" do inciso II, da Lei nº 11.580/96 (ICMS). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 007/2005, de 01.03.2005, em Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 51/2005

P A R E C E R :

Relatório

Pelo presente projeto de lei, o Chefe do Poder Executivo pretende alterar a redação da alínea "X" do inciso II do artigo 14 da Lei nº 11.580/96, de 14.11.96, acrescidos no referido artigo pela Lei nº 14604 de 05.01.2005, segundo argumentos dispendidos pela Secretaria de Estado da Fazenda e constantes da mesma mensagem.

Constitucionalidade

Do exame da proposta à luz dos ditames constitucionais, não vislumbramos qualquer óbice que impeça a sua normal tramitação, razão pela qual submetemos o presente Parecer aos demais membros desta Comissão de Constituição e Justiça, propugnando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 051/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar a redação da alínea "X", do inciso II do artigo 14, da Lei nº 11.580/96, instituidora do ICMS.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao projeto, quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo. Ao examinar o Projeto de Lei nº 051/2005, a Comissão de Finanças encontrou na justificativa do Sr. Governador, a demonstração de que para a fruição do benefício de que trata o artigo 1º, da Lei nº 11.580/96, a necessidade da exclusão das expressões “exclusive para pavimentação ou revestimento” e adequar à descrição das mercadorias classificadas nos códigos 6970 e 6908, da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 04.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a não incidência de ICMS sobre energia elétrica não consumida e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005. de 16.02.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 006/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 006/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, dispõe sobre a não incidência de ICMS sobre energia elétrica não consumida e dá outras providências.

Fundamentação

O projeto dispõe sobre a não incidência de ICMS sobre energia elétrica não consumida.

O Estado do Paraná tributa com o ICMS os contratos de demanda reservada de potência, todavia, o Estado não pode tributar a energia que não foi consumida ainda que pelo contrato tenha sido colocada à disposição do consumidor.

Com efeito, para que possa ocorrer a incidência do imposto, a energia deve ser efetivamente consumida, a mera formalização desse tipo de contrato de compra ou fornecimento futuro de energia elétrica não caracteriza circulação de mercadoria, vez que se trata de mera garantia de fornecimento, pelo que, o imposto somente pode incidir quando a energia for concretamente fornecida e utilizada, devendo o valor do imposto ser calculado com base no consumo apurado.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é mansa e pacífica quanto à matéria, não havendo divergências, destacando-se o seguinte precedente:

“RESP 343952 MG:

RECURSO ESPECIAL 2001 0101815-4

Relator(a) Ministra ELIANA CALMON

Órgão Julgador - SEGUNDA TURMA

Data do Julgamento 05.02.2002

Data da Publicação Fonte DJ 17.06.2002 p.244

TRIBUTÁRIO - ICMS - ENERGIA ELÉTRICA:
DEMANDA RESERVADA - FATO GERADOR ART. 116, II, DO CTN).

1. *A aquisição de energia elétrica para reserva, formalizada por contrato, não induz à transferência do bem adquirido, porque não se dá a tradição.*

2. *Somente com a saída do bem adquirido do estabelecimento produtor e o ingresso no estabelecimento adquirente é que ocorre o fato gerador do ICMS (artigo 19 Convênio 66/88) e artigo 166, II, do CTN.*

3. *Recurso especial provido.”*

Do voto da Ministra Relatora Eliana Calmon, extraem-se os seguintes fundamentos, que encerram, qualquer debate sobre o tema:

“*Na espécie, a empresa compradora, ora recorrente, não recebe a energia da reserva. Apenas paga para mantê-la reservada.*

Como o ICMS só incide sobre a mercadoria transferida, naturalmente que não incide imposto sobre o que não circulou e não se transferiu.

Lembro por oportuno, e a propósito do voto do Ministro Milton Luiz Pereira, que no Direito Brasileiro, o contrato não tem a força suficiente para transferir a propriedade, o que só ocorre com a tradição para os bens móveis, e a transcrição para os bens imóveis.

Na reserva de demanda não ocorre a tradição de energia e, como tal, não há que se falar em ICMS.”

O artigo 3º do presente projeto de lei deve sofrer emenda corretiva para adequar a redação, conforme exigido pelo artigo 9º da Lei Complementar 107/2001, que estabelece normas para a elaboração, redação e consolidação da leis.

“Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma de emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 006/2005

O artigo 3º passará em vigor na data da sua publicação.”

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 006/2005

P A R E C E R :

Dos Fatos e da Fundamentação

O presente projeto, de autoria do Deputado Rafael Greca dispõe sobre a não incidência de ICMS sobre energia não consumida.

Para embasar seu projeto, o nobre Parlamentar apresenta a cobrança como sendo inconstitucional e ilegal na medida em que o fato gerador do tributo inexistente, posto que a energia efetivamente não foi consumida.

Visando lastrear seu pleito, escora-se em decisões favoráveis ao seu entendimento prolatadas ao Superior Tribunal de Justiça.

Do Parecer

A proposta, tal qual se apresenta, carece de alguns requisitos para seu perfeito trâmite legislativo.

De acordo com o princípio constitucional da anterioridade, quando se procede uma alteração em matéria tributária, a mesma só poderá vigorar no ano subsequente à alteração promovida, e, pelo princípio da legalidade, a referida modificação só pode se dar mediante aprovação de lei.

Isto significa dizer que a mudança que ora se propõe, caso seja aprovada, só se aperfeiçoará no ano de 2006.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece em seu artigo 14 que qualquer redução de carga tributária que implique em renúncia de receita, o que é o caso, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

Além deste preceito, a medida deve ainda atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e à “demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias; bem como estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”

O entendimento do Legislador Federal é o que visa garantir a continuidade administrativa e que tem realmente se consolidado como fundamental à sociedade brasileira.

Portanto, mister se faz a referida estimativa de impacto orçamentário-financeiro, imprescindível em face de determinação legal neste sentido.

Ademais, a discussão que se trava nos Tribunais não provocou ainda uma decisão irreversível.

Pelo exposto, nosso parecer é contrário ao trâmite da matéria, a fim de que se cumpra a determinação legal contida no artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Sala das Comissões, em 04.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM da Escola Estadual Vila Serrana - Ensino Fundamental, com sede no Município de Janiópolis e foro no Município de Goioerê **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 132/2005. de 15.12.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 469/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Vila Serrana, com sede no Município de Janiópolis e foro no Município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 487/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1988, que institui a Região Metropolitana de Londrina. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 126/2004. de 13.12.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 487/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Geraldo Cartário, alterar a redação da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1988, que institui a Região Metropolitana de Londrina.

Fundamentação

O projeto em destaque, que altera projeto que já tramita nesta Casa de Leis, tem por finalidade acrescentar mais três Municípios à Região Metropolitana de Londrina, o que vem demonstrar a importância daquela região e a necessidade imediata da aprovação daquele projeto com essa devida alteração.

A instituição da Região Metropolitana de Londrina, bem como a instituição de outras Regiões Metropolitanas em cidades-pólo do nosso Estado é de extrema importância, uma vez que a somatória de esforços dos Municípios que as compõem, por certo proporcionará o crescimento e o desenvolvimento das suas respectivas regiões.

Conclusão

Desse modo, somos favorável ao projeto de lei na forma proposta.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 487/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei complementar, de autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, objetiva alterar a Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1988, que institui a Região Metropolitana de Londrina.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta, também, parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 487, por entender que o mesmo procura atender antigas reivindicações da população da Alvorada do Sul, que está geográfica e historicamente ligada ao Município de Londrina.

Sala das Comissões, em 27.04.2005.

(aa) ELI RUSCH - Presidente
CESAR SELEME - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1296, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 487/2004.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira, que introduz alterações da Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 094/2004. de 03.11.2004, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 384/2004

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Reni Pereira, o Projeto de Lei nº 384/2004 introduz alteração na Lei 1397 de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, ampliando a hipótese de isenção de que trata o artigo 2º da referida lei:

“Art. 2º Ficam criadas:

I - as Taxas de Exercício do Poder de Polícia, tendo como fato gerador, o exercício do poder de polícia pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, em relação ao contribuinte, conforme discriminação no Anexo Único desta Lei; e,

II - as Taxas de Serviços Prestados pelo Corpo de Bombeiros, tendo como fato gerador, a utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, discriminados no Anexo Único desta Lei, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

§ 1º Os serviços de tranquilidade e ou salubridade públicas, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, tendo como fatos geradores as atividades e serviços públicos específicos e divisíveis, indicados no Anexo único desta Lei, são de utilização, efetiva ou potencial, obrigatória.

§ 2º Os valores das taxas de que trata este artigo, correspondem a cada fato gerador, sendo os constantes do Anexo Único desta lei.

§ 3º O cálculo das taxas levará em conta a complexidade e o grau de dificuldade do respectivo ato ou serviço, assim como o potencial de risco a que estão expostas as atividades do contribuinte, segundo critérios técnicos específicos da atividade de tranquilidade e ou salubridade pública e defesa da cidadania”.

As hipóteses de isenção, estão consagradas no artigo 4º:

“Art. 4º São isentos das taxas de que trata o artigo 2º desta lei:

I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observada a reciprocidade de tratamento;

II - as Autarquias e Fundações mantidas pela União, Estados e Municípios;

III - os templos de qualquer culto;

IV - os partidos políticos, as entidades sindicais dos trabalhadores, as instituições de assistência social sem fins lucrativos assim reconhecidas pelo Poder Público e as instituições de educação que não exigem contribuição financeira dos alunos;

V - residência unifamiliares e edifícios residenciais com até três pavimentos;

VI - as pessoas comprovadamente pobres, de acordo com o respectiva certidão emitida por órgão competente.”

Do Parecer

Para realizar o bem comum, que é a própria razão de sua existência, o Estado deve atender às necessidades públicas prestando os chamados Serviços Públicos, ou seja, deve cuidar da saúde, educação, abastecimento,

transportes, segurança, comunicações, deve administrar a justiça, prover a segurança externa, fomentar a atividade econômica, etc.

Para tudo isso é evidente, que o Estado necessita de dinheiro, que o obtém, mediante a atividade financeira, que é composta de três campos:

a - arrecadação: é a forma pelo qual obtém a receita através principalmente dos tributos;

b - gestão: é a administração e conservação de todo o patrimônio público;

c - despesa: consiste no emprego dos recursos patrimoniais para a realização dos fins visados pelo Estado.

Tributos e Taxas

O artigo 3º do CTN assim define:

“Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Ao contrário do que se afirma do imposto, porém, as taxas são tributos vinculados (ou seja, o fato gerador está atrelado a alguma contraprestação estatal).

Art. 77 CTN - *“as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.”*

A taxa tem, pois, como característica, na materialidade do seu fato gerador, “a atuação estatal diretamente ao contribuinte, em forma de contraprestação de serviços. Assim o Estado presta um serviço ao contribuinte, e este fica com a obrigação de pagar, por exemplo, taxa de registro, taxa de limpeza, taxa de licença, taxa de publicidade etc.

Dividem-se em: taxa de Fiscalização e Taxa de Serviço:

a - **Fiscalização ou de polícia** - Aquelas que tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, tratando-se de um poder disciplinado através do qual o Estado pode intervir nas atividades dos seus cidadãos para garantir a ordem e segurança, exemplo, o direito de construção de um imóvel em um terreno seu, qualquer pessoa tem, entretanto há normas de construção a serem respeitadas, como construção de um hotel em um lugar proibido, construção que irá prejudicar imóveis vizinhos, etc. A definição de poder de polícia está disciplinada pelo artigo 78 da CTN: Considera-se poder de polícia atividade de administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou

ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.

b - **Taxa de Serviço** - As que têm como fato gerador a utilização de determinados serviços públicos. Além disso, os serviços públicos tem que ser específicos e divisíveis.

Conforme o artigo 77, os serviços públicos têm que ser especificados e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou colocados à sua disposição.

a) serviços específicos: quando possa ser separada em unidades autônomas, exemplo, taxa de coleta de lixo, taxa de emissão de passaporte, taxa de certificação de registro de veículos. Assim é proibida a cobrança por exemplo de uma taxa de “serviços gerais” por não especificar quem é o contribuinte individual.

b) serviços divisíveis: os serviços têm que redundar em uma separação tal, que possa ser apurado individualmente em quotas partes individuais por exemplo, a taxa de publicidade em Lins, somente paga e um valor “X” aquele comerciante que tiver placas, e assim mesmo de acordo com os tamanhos que a lei determina, é o valor a ser liquidado.

Para que seja cobrada a taxa, de acordo com o final do artigo 77, há a necessidade do particular fazer uso do serviço, mas basta que o Poder Público coloque tal serviço à disposição do contribuinte.

O parágrafo único do artigo 77, diz que:

“A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto, nem ser calculada em função do capital das empresas”.

Desta forma se um Município instituir uma “taxa de urbanização”, calculada a partir da aplicação de uma alíquota de 0,5% sobre o valor venal dos imóveis, essa taxa seria inconstitucional, pois, o IPTU serviu como base de cálculo da respectiva taxa.

O Estado (União, Estado membro, Distrito Federal e Município) tem o poder de exigir do cidadão a entrega de determinada quantia em dinheiro sob a forma de tributos. **Esse poder constitui o chamado poder de tributar.** A Constituição é que estabelece os limites desse poder, através de princípios que disciplinam a atividade financeira do Estado, no tocante à instituição e cobrança de tributos. Do ponto de vista estatal, esses princípios constituem restrições ao seu poder de tributar, mas do ponto de vista do cidadão, representam importantes instrumentos de proteção e resistência à pretensão estatal. Entre eles encontramos a não-incidência, a imunidade e a isenção.

A isenção não se confunde com a não incidência e a imunidade, são coisas bem distintas:

a) Na não incidência, não ocorre o fato gerador. A situação prevista na lei material não se realiza.

b) Na imunidade, a situação prevista se realizaria caso a Constituição ao distribuir a competência tributária, não tivesse excluído certos fatos e situações do campo de incidência de determinados tributos (vide artigo 150, IV da Constituição Federal).

c) Já a isenção é a dispensa do pagamento do tributo devido em virtude de disposições expressas de lei do poder competente para criar esse tributo.

A isenção exclui o crédito tributário. O fato gerador da obrigação tributária ocorre, isto é, a situação prevista na lei tributária acontece e o fato não foi excluído do campo de incidência pela Constituição. Entretanto, no momento do nascimento da obrigação, o crédito tributário é excluído; não é objeto de lançamento, porque a lei que criou o tributo ou outra posterior, dispensou o seu pagamento.

Assim, e concluindo, tendo a obrigação - pagar taxa no caso específico do artigo da referida lei - sido instituída pelo Estado Paraná através da Lei 13976/2004, também a lei de mesmo nível ou hierarquia poderá prever casos de isenção, como aliás já fez pelo artigo 4º da mesma lei.

Do voto

Do exposto, somos pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 384/2004, alterando-se porém o contido no artigo 2º para obedecer o princípio da anterioridade e da legalidade:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006.”

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 384/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei de iniciativa do Deputado Reni Pereira introduz alteração no inciso VII do artigo 4º da Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiro Militar do Paraná - FUNCB.

A finalidade desta medida é objetivar a isenção das microempresas e as empresas de pequeno porte das Taxas de Exercício do Poder de Política e de Serviços Prestados pelo Corpo de Bombeiros, instituídas pela Lei nº 13.976 de 26 de dezembro de 2002, de forma a diminuir a carga tributária dos citados estabelecimentos, contribuindo desta forma para incremento da atividade econômica estadual.

Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é isentar microempresas e as empresas de pequeno porte das Taxas de Exercício do Poder de Política e de Serviços Prestados pelo Corpo de Bombeiros, instituídas pela Lei nº 13.976.

A proposta do nobre Deputado Reni Pereira, sem dúvida irá beneficiar as microempresas e as empresas de pequeno porte, pois irá diminuir a carga tributária relativa ao Imposto sobre Operações Relativa à Circulação de Mercadoria e sobre Serviços de Transporte Interestadual

e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. No Estado do Paraná já ficou comprovado que ao se diminuir a carga tributária relativa ao ICMS das micro e pequenas empresas há um ganho de arrecadação pelo incremento geral da atividade econômica, fruto de geração de emprego e renda.

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 384/2004, de iniciativa do Deputado Reni Pereira, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 04.05.2005.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1315, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando o adiamento por três Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por três Sessões do Projeto de Lei nº 384/2004.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre medida preventiva ao combate à criminalidade nas escolas públicas da rede de ensino estadual e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/2004, de 11/05/2005)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 172/2004

P A R E C E R :

Relatório

O Deputado Mauro Moraes apresentou o Projeto de Lei nº 172/2004, visando estabelecer a obrigatoriedade de instalação, nas portarias de acesso das escolas públicas municipais, de detectores de metais, objetivando evitar o ingresso de pessoas armadas nos respectivos estabelecimentos de ensino.

Compete exclusivamente a esta Comissão o exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica das proposições legislativas.

É o relatório.

Fundamentação

Eventuais discussões acerca, por exemplo, da onerosidade para o Estado da medida a ser implementada é questão relacionada com o mérito do projeto, e não é, portanto, este o momento adequado de travar-se tais discussões.

O que importa neste momento é assegurar-se que a proposição foi legitimamente iniciada, respeitando todos os aspectos de ordem formal a que se deve obediência.

Há que se considerar, nesse passo, que nenhum vício de ordem formal foi detectado relativamente ao bem intencionado projeto de lei sob exame.

Voto

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 172/2004

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 172/2004 dispõe sobre medida preventiva ao combate à criminalidade nas escolas públicas da rede de ensino estadual e dá outras providências.

Fundamentação

O referido projeto vem ao encontro das necessidades prementes dos estudantes que hoje sofrem com a falta de segurança, não só no cotidiano em geral, mas até dentro do ambiente escolar.

Esta seria uma medida que viria em benefício não só de alunos, mas facilitaria a vida de professores e funcionários dos colégios da rede pública de ensino estadual.

Conclusão

Esta Comissão, chamada a se manifestar, portanto, é favorável ao projeto de lei de autoria do nobre Deputado Mauro Moraes.

Sala das Comissões, em 02.08.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 172/2004

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 172/2004 em análise, foi proposto pelo Exmo. Deputado Estadual Mauro Moraes, que dispõe sobre medida preventiva ao combate à criminalidade nas escolas públicas da rede de ensino estadual e dá outras providências.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei tem por intenção primordial a diminuição da criminalidade e busca atender às necessidades dos estudantes que sofrem com a falta de segurança nas escolas, contribuindo inclusive para com os professores e funcionários da rede pública de ensino que passarão a desenvolver seus trabalhos com mais tranquilidade.

Cabe salientar ainda que eventuais discussões acerca da onerosidade para o Estado da medida a ser implementada é questão relacionada com o mérito do

projeto e junto à Comissão competente. Não é, portanto, este o momento adequado de travar-se tais discussões.

Conclusão

Diante do exposto, apresento parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 172/2004, objeto desta análise.

Sala das Comissões, em 06.11.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento e Assistência Integral às Pessoas Portadoras do Traço Falciforme e com Anemia Falciforme no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2004, de 27/04/2004)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 137/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 137/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento e Assistência Integral às pessoas portadoras do traço falciforme com anemia falciforme no Estado do Paraná.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional.

A anemia falciforme é um grave problema de saúde, que atinge em maior proporção a população negra, gerando altas taxas de mortalidade infantil e perigo para a gestante.

A Constituição Federal em seus artigos 6º e 196 determina que o Estado deve proteger a maternidade e a infância, garantindo políticas sociais que visem à redução do risco de doenças:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 15.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 137/2004

P A R E C E R :

Dispõe o referido projeto de lei, de autoria do eminente Deputado Padre Paulo Campos, sobre a criação do Programa de Acompanhamento, Aconselhamento e Assistência Integral às pessoas portadoras do traço falciforme com anemia falciforme no Estado do Paraná.

1 - Primeiramente, cabe-nos cumprimentar o eminente colega por tal iniciativa em atender adequadamente essa parcela da população que sofre com este terrível mal. Mais ainda a adoção desse Programa é uma recomendação antiga ao Brasil da OMS, dado a existência do grande número de pessoas portadoras dessa doença entre nós.

2 - A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente à legalidade do projeto e frente à relevância social do mesmo esta Comissão de Finanças é de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 20.10.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

PEDRO IVO ILKIV - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**PROJETO DE LEI Nº 137/2004****P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento e Assistência Integral às pessoas portadoras do traço falciforme e com anemia falciforme no Estado do Paraná.

Quanto aos aspectos sobre o qual este Parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais, conforme relatado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, no âmbito que este Parlamentar deve manifestar-se perante esta Comissão, acredita que o referido projeto de lei visa diminuir os problemas de saúde, principalmente os relacionados com a mortalidade infantil.

Diante desta situação, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 24.11.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

Requerimento nº 1297, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01, 02, 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, serão votados em bloco os itens 001, 02, 03 e 04.

Respondendo à Questão de Ordem do Deputado Ângelo Vanhoni. Ele não está presente, mas como a Deputada Elza está, e também era de sua autoria o projeto, decidimos, de acordo com o Regimento: “artigo 126. As matérias de projetos de lei rejeitados e não san-

cionados, assim como a constante de propostas de emenda condição rejeitada ou havido por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador”.

Então, esta Presidência decide que este projeto poderá voltar à pauta com nova apresentação, mediante assinatura de 28 Srs. Parlamentares.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Já sabíamos que essa era a orientação, porque consta no Regimento Interno e eu procuro observá-lo sempre.

Então, essa é a posição, evidentemente que está colocado. Seria extremamente difícil, acho, conseguir 28 assinaturas, na medida que tive 28 votos contrários nesta Assembléia Legislativa.

Mas volto a insistir que em primeira discussão os companheiros deveriam ter votado a legalidade e constitucionalidade e não o mérito do projeto, Sr. Presidente. Mas, está colocado, o voto é de cada um, e eu só queria deixar consignado na Casa, que na minha avaliação o Regimento Interno foi desrespeitado e considero que isso foi uma forma de inviabilizar a discussão do mérito do projeto, às costas desta Deputada.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Há um Requerimento nº 1318, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, pedindo dispensa da redação final dos projetos que não sofreram emendas no curso de tramitação, que tenha sido votado em segunda discussão. **Prejudicado.**

Houve uma falha aqui da assessoria, que pediram ao Deputado Paulo, para que assinasse um requerimento sem realmente necessidade, porque não temos nenhum projeto em segunda discussão.

Solicito ao Deputado Paulo, que está na 1ª Secretaria hoje, a chamada dos Srs. Deputados, para a votação dos vetos.

Discussão Única (Proposições)**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 376/2003, de autoria do Deputado Waldir Leite, que disponibiliza vagas gratuitas nos Centros de Formação de Condutores e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 010/2004

Curitiba, 09 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 366/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 376/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que fica “determinado que os Centros de Formação de Condutores, devidamente registrados perante o DETRAN-PR, deverão disponibilizar obrigatória e permanentemente, parte de suas vagas para as pessoas com baixo poder aquisitivo, sob pena de perder seu registro”.

O veto apostado decorre do fato de que os Centros de Formação de Condutores são pessoas jurídicas de direito privado e, por isso, o DETRAN não tem competência para ingerência no que tange ao planejamento administrativo, econômico e financeiro de tais Centros.

A atuação do DETRAN resume-se tão somente ao registro e ao funcionamento dos Centros de Formação de Condutores, com vistas a estabelecer os procedimentos necessários para o processo de formação, capacitação, reciclagem e aperfeiçoamento profissional teórico-técnico e prático de direção para condutores de veículos automotores.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 376/2003 encontra-se publicado no DA nº 052/2003, de 25/06/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 25/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 376/2003, de autoria do Deputado Waldir Leite, objeto de veto do Governador, visa disponibilizar vagas gratuitas nos centros de formação de condutores e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 006/2005, Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 371/2004, de autoria

dos Deputados Hermas Brandão e Padre Paulo Campos, que acrescenta a letra “t”, ao artigo 14, inciso II, da Lei nº 11.580/96. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 328/2004

Curitiba, 27 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 328/2004, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, no uso da atribuição que me é conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 371/2004, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do artigo 14, inciso II, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS), para incidência sobre produtos codificados conforme específica.

O veto apostado incidiu sobre as disposições da letra “t” que, pelo artigo 2º, é pretendida sua inclusão no inciso II, do artigo 14, da referida Lei nº 11.580/96, referindo-se ao “produto classificado na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (código NCM: 22.01.10.00 - Ex. I - águas minerais e naturais e 22.01.90.00 - Outros (Água mineral com gás).”

O dispositivo acima apontado foi vetado tendo em vista que, ao fixar alíquota mínima sobre água mineral envasada conforme prevê, deixaria o Estado, dentro de sua competência legislativa, sem margem para dispor sobre tal tributação, uma vez que o produto em referência, na alíquota mínima, ficaria adstrito à Legislação Federal ou na competência de celebração de Convênio com o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

Por outro lado, vale, por oportuno, diante transcrever conclusão de Parecer da Coordenação da Receita do Estado, em análise feita sobre o assunto;

“Cumpre-nos registrar, por oportuno, que a Assessoria Econômica desta Secretaria, ao analisar o pleito no sentido de reduzir a carga tributária do ICMS para 7% nas operações com água mineral envasada - Protocolo de nº 8066658-6, apresentado pela Associação Brasileira de Indústria de Águas Minerais, posicionou-se de forma contrária articulando, dentre outras razões, o impacto da redução na arrecadação do imposto estadual, o baixo consumo deste produto nas camadas de baixa renda, além do fato de a maioria dos produtos alimentícios e medicamentos serem tributados, no Estado do Paraná, com alíquota de 18%”.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-se do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 371/2004 encontra-se publicado no DA nº 089/2004 de 18.10.2004)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 006/2005

P A R E C E R :

A Proposição 006/2005 trata do veto parcial ao Projeto de Lei 371/2004, que acrescenta a letra T, ao artigo 14, inciso II da Lei 11.580/96.

O veto parcial foi apresentado dentro do prazo, 11.01.2005, e já deveria ter sido apreciado, as demais normas estabelecidas pelo artigo 71 foram respeitadas.

O parecer é favorável ao encaminhamento regimental.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 024/2005, Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 276/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que denomina Dona Margarida Langer, o trecho da PR-427, entre os Municípios da Lapa e Campo do Tenente. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 029/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Acusando o recebimento do Ofício nº 351/2004, dessa Presidência, comunico a V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 276/2004, tendo em vista que o trecho rodoviário nele referido (PR-427) já tem denominação dada pela Lei nº 7.219, de 27 de outubro de 1979.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-se do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 276/2004 encontra-se publicado no DA nº 067/2004 de 04.08.2004)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO GOVERNAMENTAL Nº 024/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente veto governamental é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa do Deputado Natálio Stica, a qual denomina trecho da PR-427, entre os Municípios de Lapa e Campo do Tenente, de Dona Margarida Langer.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por razão de a mesma rodovia já ter denominação dada pela Lei nº 7.219, de 27 de outubro de 1979.

Efetivamente, a referida rodovia PR-427, embora apenas no trecho entre Campo do Tenente (seu início) até a cidade de Porto Amazonas (a rodovia segue ainda até a BR-277, cuja parte recebe outra denominação), já foi batizada, pela referida lei, com o nome do eminente ex-Deputado Antonio Lacerda Braga.

Voto do Relator e sua Fundamentação

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observa se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haja expressa disposição regimental e quem o entende desnecessário, é de ordem opinativa, servindo como base para apreciação do veto em Plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou jurisdição da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário, fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 02 de fevereiro de 2005, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 24 de fevereiro de 2005. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, neste caso podem ser consideradas de ordem de mérito, vez que uma rodovia já com denominação própria pode ser renomeada, porém, para tanto, necessário se faz a expressa revogação da

norma que anteriormente já a batizava com outra denominação.

Assim, entendemos que o veto também comporta razões de ordem formal, vez que, embora não consta na justificativa, não se poderia renomear uma rodovia sem expressamente revogar a norma que a denomina de outra forma anteriormente. Por isso, opinamos pela procedência do veto também quanto às suas razões, devendo o Plenário apreciar o veto sob este aspecto formal e não apenas quanto ao mérito de qual denominação ser mais conveniente.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente veto, vez que apresentado na forma legal, e opinamos pelo encaminhamento diretamente ao Plenário desta Casa, devendo ser observado a questão de não ter sido revogado expressamente norma que já denominou anteriormente.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 027/2005, Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 222/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Trecho da Rodovia que liga Santa Tereza do Oeste a Luz Marina, Município de São Pedro do Iguaçu. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 026/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 299/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 222/2004, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-se do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 222/2004 encontra-se publicado no DA nº 050/2004 de 02.06.2004)

PROPOSIÇÃO - VETO Nº 027/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 222/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, objeto de veto do Governador, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho da rodovia que liga Santa Terezinha do Oeste a Luz Marina, Município de São Pedro do Iguaçu.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à constitucionalidade e legalidade, verificamos que o veto foi apostado dentro do prazo legal e regimental.

Ademais, a estadualização do trecho que se refere esta projeto de lei, será importante para a região, considerando que o Estado tem melhores condições para execução de obras e manutenção.

Sendo assim, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição-veto ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

Em votação.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (Para Encaminhar)

A Liderança do Governo pede que os Deputados da Base de Apoio mantenham o veto do Sr. Governador do Estado.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Convido os Srs. Deputados Ailton Araújo e Miltinho Pupio para fazer o escrutínio dos votos.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Causa estranheza que o Governador tenha que vetar a denominação da rodovia entre a Lapa e o Campo do Tenente como nome da benemérita paranaense Dona Margarida Langer, fundadora do Lar Lapeano de Saúde e inspiradora no Paraná do método suíço Birt Buner de tratamento de saúde, inclusive de combate às drogas, à obesidade e que faz a fama nacional e internacional daquele endereço.

Acontece que a rodovia entre a Lapa e o Campo do Tenente já tinha o nome de Antônio Lacerda Braga. Agora, o que me assusta é que passe pela Assembléia, pelas duntas Comissões uma denominação opondo um morto ao outro. O Antônio Lacerda Braga e a Dona Margarida Langer são ambos certamente, no parâmetro celestial, protetores da Lapa e patronos do povo da Lapa.

Agora, é uma vergonha a Assembléia fazer virar lei com tanta diligência da Comissão de Justiça, da Comissão de Economia, da Comissão de Redação, de todas as nossas Comissões, que não se veja antes se a rodovia já tem nome.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado a questão de Ordem de V. Exa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Só gostaria de registrar a nossa contrariedade à decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que está proibindo as farmácias de manipulação de todo País, de continuarem preparando os medicamentos nas doses que já são fabricados pelas indústrias farmacêuticas. Segundo dados que levantamos os farmacêuticos em farmácias de manipulação são empregados na ordem de três deles, por farmácias, e essa decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária vai prejudicar os farmacêuticos e a própria população, que busca nas farmácias de manipulação um preço menor e uma quantidade em alguns casos muitas vezes superior aos de tradicionais laboratórios.

É uma decisão que não conseguimos compreender até este momento, já que existe a vigilância sanitária nos municípios que faz a fiscalização dessas farmácias de manipulação, que além de dar empregos aos milhares para os farmacêuticos, possibilita um acesso mais barato ao medicamento. E esses grandes laboratórios na maioria das vezes multinacionais possuem um lobby muito forte no Congresso Nacional e é o que nos leva a compreender essa decisão estapafúrdia, na minha opinião, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Hoje 10% dos medicamentos consumidos no nosso País são oriundos das farmácias de manipulação.

Portanto mostramos aqui o nosso apoio através de um requerimento que estamos protocolando na tarde de hoje apoiando as farmácias de manipulação contra os laboratórios e principalmente contra essa decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que vai em prejuízo das farmácias de manipulação não só do Paraná, mas de todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. CLEITO KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de assinar junto com o Deputado Barbosa Neto, porque hoje no Paraná temos, sem sombra de dúvida, mais de cinco mil funcionários em farmácias de manipulação, farmácias estas que não só distribuem qualidade, mas com muita precisão distribuem a prescrição que o médico dá, conforme a doença de cada pessoa.

Por isto, acho uma decisão injusta da ANVISA. Acho que ela pode, realmente, rever esta posição e deve ter muitas coisas obscuras por trás disto. Por isto, tanto eu como vários outros Deputados, gostaríamos de assinar esta posição junto com o Deputado Barbosa Neto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informando o resultado da votação: pela derrubada dos vetos, dezessete votos; pela manutenção dos vetos, doze votos; um em branco e um nulo.

Estão mantidos os vetos constantes dos itens 1, 2, 3 e 4.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1284 e 1287 de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1288 de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1291 e 1292 de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1298 de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1299 de autoria do Deputado Barbosa Neto, com apoio do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1300 a 1304, 1317 e 1320 de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1305 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1307 a 1314 e 1316 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão Ordinária:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 066/2004, 016, 025 e 029/2005.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2004.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 009/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 651/2003, 011, 017, 148, 169, 172 e 193/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 008, 038 e 043/2005.

Levanta-se a Sessão.

Data: 25.08.2003

Assunto: PERDA DE MANDATO DE GOVERNADOR

Publicações:

Ato da Presidência

Despacho do Presidente

DESPACHO DO PRESIDENTE

Interessado: GUILHOBEL AURÉLIO CAMARGO

Registro Geral: 6570/2003

I - Com base no Parecer nº 030/2003, da Procuradoria Geral deste Poder, indefiro o requerimento Guilhobel Aurélio Camargo, protocolo nº 6570/2003;

II - À DL: publique-se;

III - À DA: archive-se.

Em 04 de maio de 2005

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente
